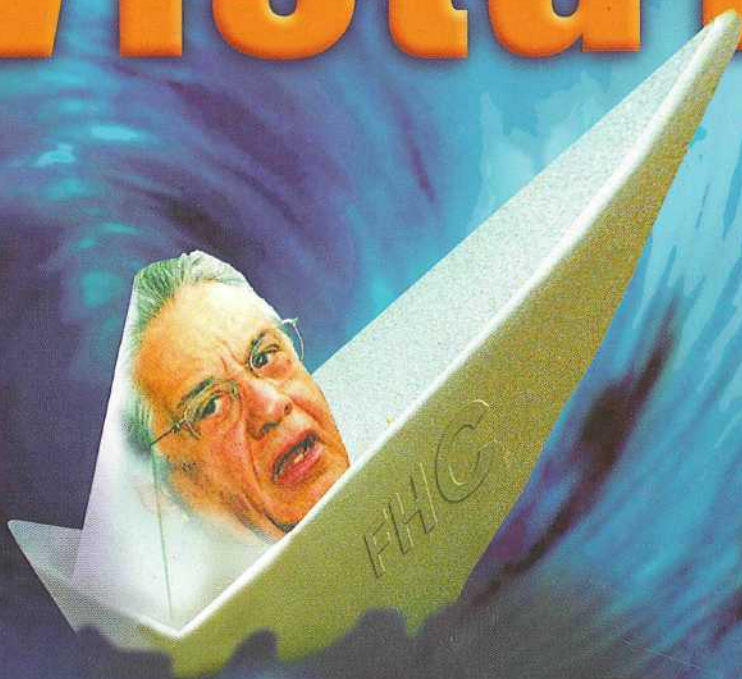


AGORA

FENAE

Desastre à vista?

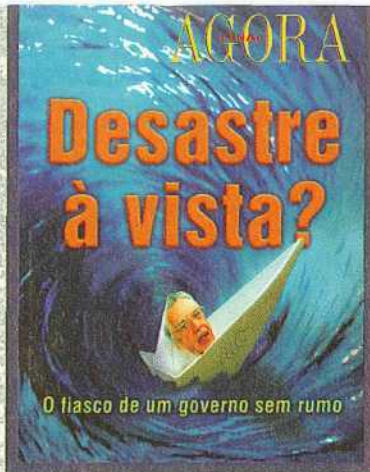


O fiasco de um governo sem rumo

CAIXA



Defenda a CAIXA você também

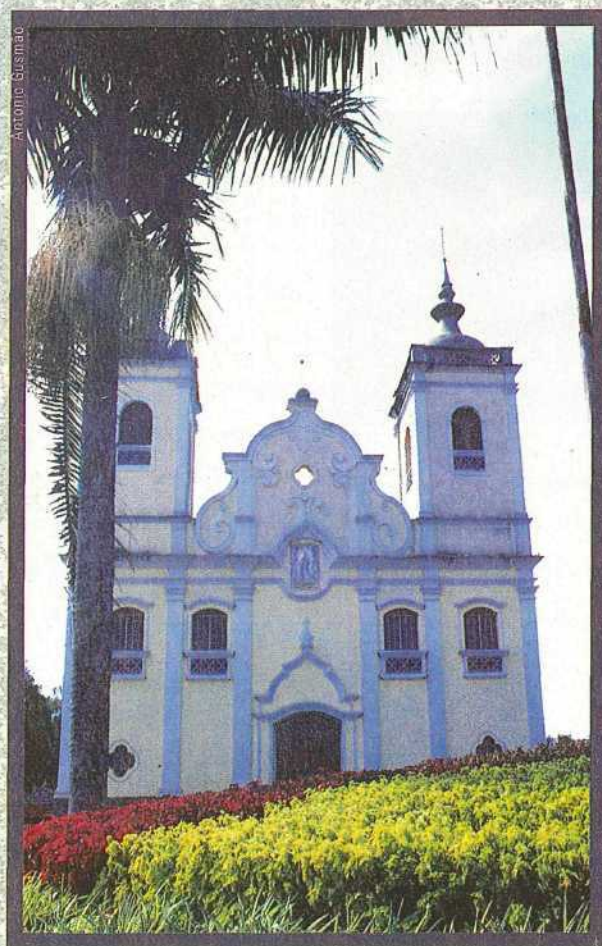


Capa: o país vive uma grave crise por conta da política econômica adotada pelo governo federal

Pág. 8

AGORA FENAE

- 7** Jânio de Freitas traça radiografia de um país em escombros
- 16** Lei de anistia completa 20 anos, ainda com problemas a resolver
- 18** Reforma tributária emperra discussão do sistema financeiro
- 23** Mobilização da sociedade civil pode barrar privatização da Caixa
- 26** Governo federal vende estatais para tentar atrair dólares ao país
- 27** Fim de século divide sociedade entre egoísmo e solidariedade
- 29** O comunista Gregório Bezerra foi "bravo sem matar gente"
- 30** Gonzagão e outros mestres já têm novos herdeiros na música nacional
- 36** Um pequeno rochedo combate a poderosa indústria do petróleo



Atibaia é uma das cidades paulistas que combinam produção de flores e turismo

Pág. 34



Déficit de moradias atinge um terço do total de famílias brasileiras **Pág. 19**

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Borges
Vice-Presidente:
José Carlos Alonzo
Diretor Financeiro:
José Durval Reis
Diretor de Relações no Trabalho:
Antônio Bráulio de Carvalho
Diretor Administrativo:
Pedro Eugênio Leite
Diretor de Esportes:
Jorge Peixoto de Mattos
Diretor Cultural:
Maria Aparecida Almeida
Diretor Emérito:
Orlando César
Diretor Primeiro Suplente:
Vaumik Ribeiro da Silva
Diretora Segunda Suplente:
Erika Kokay

Conselho Fiscal

Ozair Cataldi
Bernardete de Aquino
Francisca de Assis Silva

Suplentes

Jorge Cruz Marçal
Francisco Astrogildo Cruz
José Marcos de Almeida Costa

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Valmir Gongora
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello
Secretário: Marcos Holanda Melo Saraiva

Edição e redação: Antônio José Reis,
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas, Aloysio Biondi,
Tárik de Souza e Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares
comprovada por PRICEWATERHOUSECOOPERS
cuja carta-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
seus autores. As matérias podem ser reproduzidas,
desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

A encruzilhada política

O Brasil de 1999 vive uma encruzilhada. Os rumos da política econômica do governo, enquanto são defendidos pelos aliados de Fernando Henrique Cardoso, sofrem severas críticas de políticos de oposição e economistas. Os itens de análise, de um lado, são a estabilidade econômica e a abertura ao capital estrangeiro; de outro, o crescente desemprego e a venda do patrimônio público. Nesse cenário, a sociedade dá mostras de estar assumindo a tese oposicionista, por conta dos altos índices de impopularidade do presidente.

Um dos pilares da política atual é a privatização das empresas públicas. Depois do sistema energético, das siderúrgicas e da telefonia, o foco se volta para as instituições financeiras públicas. A Caixa Econômica Federal é alvo de estudos que podem levar tanto a transformá-la em banco de segunda linha quanto a privatizá-la. Os empregados e parcelas significativas da sociedade têm realizado gestões contra mais esse ataque ao patrimônio público.

O ato equivocado que o governo tenta cometer contra os bancos públicos já foi feito em outro setor, de igual importância social: a habitação. Praticamente uma em cada três famílias brasi-

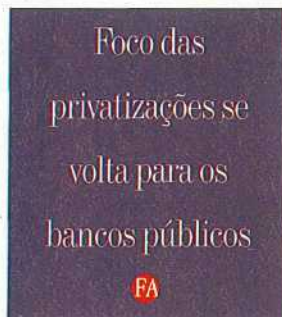
leiras não tem casa de qualidade para morar.

Para não dizer que não falamos de flores, a primavera traz raias cores ao já multifacetado Brasil. Cidades do interior do estado de São Paulo estão entre os melhores exploradores do turismo baseado na produção de flores. A primavera mostra que o chão nacional é fecundo, apesar das encruzilhadas pelas quais o país passa.

Também têm rendido frutos os 20 anos da anistia, que trouxe de volta figuras importantes para a política e a vida pública nacional. Os empregados da Caixa têm especial atenção sobre esse tema, já que um dos últimos exilados políticos, Geraldo Ribeiro, é colega de trabalho.

Exilado, Ribeiro passou por diversos países, mas nem chegou perto de uma nação que é uma simples ilhota no norte do oceano Atlântico: Waveland, país criado pelo Greenpeace em uma manobra interessante para denunciar a exploração indiscriminada do petróleo.

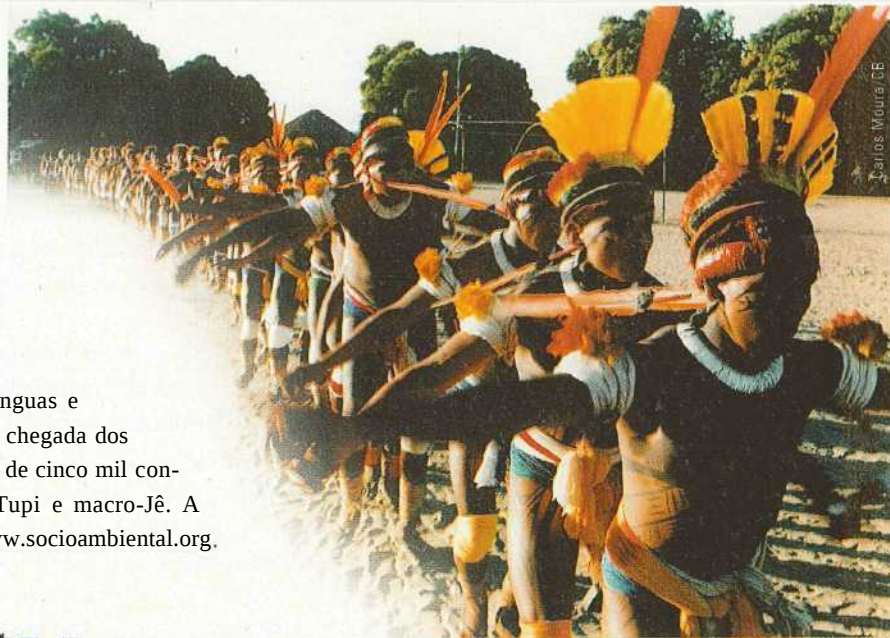
De manobras interessantes também vive o xadrez, que nasceu elitista e hoje se populariza cada dia mais. A encruzilhada na qual o governo federal colocou o país, aliás, agora evoca a principal jogada do xadrez: xeque-mate!





Babel indígena

Os povos indígenas do Brasil falam mais de 170 línguas e dialetos. Parece muito, mas eram mais de mil antes da chegada dos europeus. As restantes, das quais apenas nove têm mais de cinco mil conhecidos, estão divididas em dois grandes troncos: Tupi e macro-Jê. A evolução das línguas indígenas brasileiras está no site www.socioambiental.org.



Bomba!

Quer saber o que os Estados Unidos, maiores detentores de ogivas nucleares do mundo, pensam sobre o controle nuclear? A página www.usia.gov/journals/itps/0897/ijpp/holum.htm traz artigo de John Holum, diretor da Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos Estados Unidos. "Os sucessos dos Estados Unidos no campo do controle de armas tornaram o mundo mais seguro", acredita o americano.

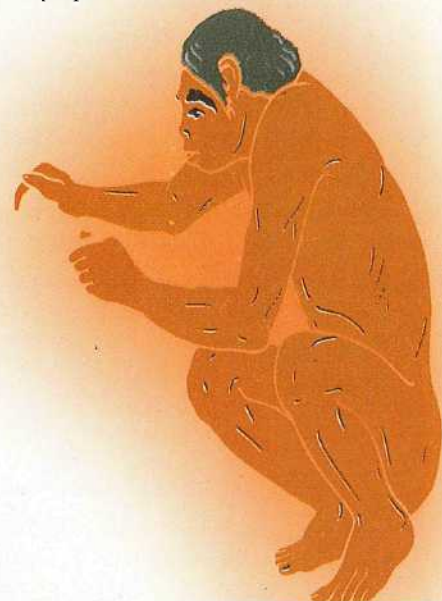


Homem e raça

Um dos mais importantes sites em português sobre a origem do homem é www.utad.pt/investigacao/origins/racismo.html, com artigos do professor português Eduardo Chitas. Ele fala sobre as teorias criadas para explicar o surgimento do homem, e também derruba cientificamente os argumentos que sustentam o racismo. "Com o avanço da genética o conceito de raça tende a desaparecer", diz.

Spam! controlado

Cansado de receber centenas de mensagens publicitárias ou desagradáveis em seu e-mail? O freeware (programa gratuito) Email Remover 2.0 permite ler os cabeçalhos das mensagens antes de baixá-las para o micro. O programa pode ser encontrado no site home.pacific.net.sg/~thantom/remove/htm. Até agora, é a única forma de quem está ligado à rede se livrar dos Spam!, as mensagens indesejáveis que pululam na Internet.



Túnel do tempo

A memória da revista FENAE AGORA está na Internet. Na página inicial da Fenae (fenae.org.br), ao clicar o ícone "publicações", qualquer internauta poderá ter acesso ao texto integral da revista, desde seu lançamento, em fevereiro de 1998. As 17 edições estão na rede e mostram a discussão sobre cidadania proposta pela Fenae.

Dos LEITORES

Leitura

Tenho 15 anos de Caixa e jamais pude desfrutar de tão rica publicação. **FENAE AGORA** veio para aguçar minha sede de leitura em relação às coisas da Caixa. Ao longo desses 15 anos consegui encher caixas e mais caixas de informações pobres e, às vezes, desnecessárias; hoje, não. Com o aparecimento da revista, passeia gozar de informações ricas e reportagem interessantes.

Raimundo Teófilo Silva e Silva
Aracaju (SE)

Denúncia

Sou leitora assídua desta revista. Nos últimos meses, por estar afastada das atividades na minha agência Praia de Piedade (PE), tenho me deslocado até minha unidade de lotação para buscá-la. Perdi a função por LER e o auxílio-acidente é um favor que o INSS não quer me pagar. Mas a fé em Deus e em dias melhores me fazem continuar lutando. E reclamando. E escrevendo e denunciando.

Gostaria de ver na **FENAE AGORA** um espaço específico para denúncias. O antigo PPS, hoje PCMSO, é uma farsa que precisa ser desmascarada. Nos quatro últimos anos (94 a 98), relatei as mesmas queixas, que eram ignoradas. Era sempre considerada apta, até ser afastada por LER. Após a cirurgia, mais seqüelas com a "cervicobraquialgia", não detectada pelo dr. Kleber e que teve o descaramento de me dizer que tinha médico danais envolvido no meu tratamento. Além de insinuar que minhas dores eram psicológicas.

Em Recife são muitas as queixas contra o dr. Kleber. Mas ele é único, soberano. Ninguém quer ser "boi de piranha". Há denúncias de que dm. Ana foi coagida a devolver empregados da ag. 2346 por pressões do médico da Caixa, no último PCMSO.
Maria Cristina M. Henriques
Recife (PE)

Não-privatização

Solicito que seja feita uma relação de todos os deputados federais que sejam funcionários da Caixa Econômica Federal, com seus respectivos endereços em Brasília, acrescidos do CEP afim de que todos os trabalhadores da nossa empresa, juntamente com seus familiares, despachem

muitos telegramas para esses parlamentares, pressionando-os para que assumam abertamente uma postura de defesa da não-privatização da Caixa na Câmara Federal.

Creio ser um dever de cada funcionário e de cada deputado federal lutar pela existência eterna da Caixa, legítima defensora dos interesses maiores de todo o povo brasileiro. É o que penso no momento.

Jair Damasceno da Silva
Rio de Janeiro (RJ)

NR - São cinco os deputados-empregados da Caixa Econômica Federal da atual legislatura da Câmara Federal. Vamos aos seus nomes e aos respectivos e-mails:

Ayrton Xerez (PSDB-RJ)
E-mail: dep.ayrtonxerez@camara.gov.br

Edinho Bez (PMDB-SC)
E-mail: dep.edinhobez@camara.gov.br

Danilo de Castro (PSDB-MG)
E-mail: dep.danilodecastro@camara.gov.br

Fétter Júnior (PPB-RS)
E-mail: dep.fetterjunior@camara.gov.br

Wellington Dias (PT-PI)
E-mail: dep.wellingtondias@camara.gov.br

Achamos boa a idéia de enviar cartas ou e-mail aos parlamentares-empregados da Caixa, exigindo da parte deles uma posição clara contra a privatização da empresa. A luta em defesa dos bancos públicos, com ênfase para a Caixa, conta com todo o nosso apoio.

Belém

Li a edição de julho e gostaria de retificar algumas informações sobre a matéria 'A exótica capital da floresta'. Em Belém não há pororoca, que ocorre em Santarém (PA), há uns 1.475 km. A cidade é arborizada por mangueiras e não manguezais, como afirma a matéria. Aliás, não há mangues em Belém, apesar das áreas de baixada (córregos e rios). É possível encontrá-los em Icoaraci (18 km de Belém), praia de rio, e nas regiões próximas ao mar, distantes 200 km.

Até se pode dizer que o turismo religioso é

forte, mas não é o forte de Belém, que reúne atrações históricas, culturais e muito ecoturismo. Com relação ao Círio de Nazaré, que acontece sempre no segundo domingo de outubro, a matéria diz que "a condição para se participar é estar descalço e manter-se agarrado à berlinda, uma corda de isolamento...". Bom, a condição para participar é estar lá. Descalço, só se estiver pagando promessa ou se optar por tentar segurar a corda que protege a berlinda (local onde a santa é transportada).

Sobre o folclore, me causou espanto o marambiré. Como paraense legítima, nunca ouvi falar.
Rose Nascimento
Belém (PA)

NR - Pedimos desculpas pelos erros.

Tivemos dificuldades em obter de fontes confiáveis as informações sobre a capital do Pará. Recorremos ao setor de turismo vinculado à Prefeitura de Belém, mas nada de aproveitável nos foi enviado. As notícias enviadas pelo governo municipal à redação da **FENAE AGORA** não passavam de propaganda institucional. Nada acerca do potencial turístico da cidade de Belém, como esperávamos. Resultado: tivemos que recorrer à Internet para redigir a matéria. Talvez esteja aí a explicação por divulgarmos tantas informações imprecisas e incorretas.

Preservação

Neste momento de dificuldades e de fortes tensões emocionais, o funcionalismo da Caixa Econômica Federal padece de pessoas que estejam comprometidas com a preservação da instituição e na defesa do funcionalismo. Diante da política neoliberal do governo federal, a defesa da Caixa como empresa pública é uma necessidade premente.

Anibal M. Borges
Uberlândia (MG)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. **FENAE AGORA** se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).



Em escombros

■ Jânio de Freitas

O problema não é mais o presente. Nem mesmo os anos vindouros no futuro que a vista, ou a imaginação mais cautelosa, pode alcançar. O acúmulo de minas enterradas e bombas de retardamento espalhadas pelo país afora vai, como sempre nesses casos, produzir as conseqüências esperáveis de tal situação.

A indústria brasileira está quebrada. Quem o diz, e acabo de ouvi-lo, não é a oposição, é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a mais fernandista das federações patronais. O que não passou a mãos que não se interessam por desenvolvimento, mas por arrecadar e remeter lucros fáceis, está em estado de coma ou, no mínimo, já na UTI. É a grande obra dos juros astronômicos, para manter a relação real/dólar nos limites recomendados pelo FMI e a inflação reprimida artificialmente.

Os que já sabíamos, aí pelos anos 60, onde tínhamos o nariz, hoje sabemos o que significa a posse de serviços públicos, como energia, telefone e outros, por empresas estrangeiras desejosas de remeter aos seus milhões de acionistas o máximo de lucro possível. O que exige duas linhas de providências assim resumíveis: investir o mínimo e cobrar o máximo. E o governo não quis dotar a população dos meios de defesa que seriam, como no exterior, as agências fiscalizadoras. As nossas estão preparadas apenas para dar empregos esplêndidos e conceder aumentos. O resto é tapeação.



Mas já vimos, também, que a população não suporta isso eternamente e, como nos anos 60, começam conflitos com o capital estrangeiro e seus governos sempre mais poderosos do que os nossos.

A dívida pública não se limitou a mais do que dobrar no governo Fernando Henrique Cardoso. Tornou-se impagável. E aquele que não tem como pagar sua dívida está quebrado. Com tudo o que isso implica de riscos e problemas internos e externos para o país. Foi-se o tempo em que bastava "empurrar a dívida com a barriga", tempo em que nos alarmávamos com um décimo da dívida atual.

O funcionalismo está sendo destruído pelo arrocho e pela falta de perspectiva da profissão. A pesquisa científica pede esmola. A universidade está em estado de

calamidade. A riqueza representada pelo patrimônio das estatais foi reduzida a pagamento de juros aos bancos do exterior. Não há obras, não há conservação. O poder aquisitivo do salário arruina-se, oprimem os aposentados, cortam os recursos de fins sociais. Do desemprego é melhor nem falar.

Ao fim do governo Fernando Henrique Cardoso, seria preciso reconstruir o Brasil. Mas o Brasil é imenso, é problemático e necessitaria de recursos que não se sabe de onde viriam. Será, ainda, recuperável?

Jânio de Freitas,
jornalista



Capa

A barbárie do

■ *Antônio José Reis*



governo FHC



O fracasso do governo Fernando Henrique Cardoso, cada dia mais evidente, revela o lado perverso da política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), provocando em consequência uma crise que ameaça a democracia e a necessidade premente de investimentos sociais

Imagine um país que, a um só tempo e de forma paradoxal, é o décimo-primeiro PIB e a segunda pior distribuição de renda do mundo. Um país que tem a quinta população do planeta e onde, em qualquer grande centro urbano, seus cidadãos são quase proibidos de caminhar pelas ruas à noite. Um país que ocupa a posição quase solitária no mundo de virar as costas para a reforma agrária. Um país em que o desemprego é cada vez maior e que vem, desde 1994, adotando um modelo de desenvolvimento submisso ao capital especulativo internacional, destruindo em consequência todo o seu sistema produtivo.

Há algo de barbárie no Brasil do governo Fernando Henrique Cardoso. Dados da ONU e do Banco Mundial (Bird) colocam o país no topo mundial de desigualdade social, com 63,4% da renda nacional em mãos de 20% da população. A indústria está sendo sucateada pela abertura comercial desenfreada ao capital estrangeiro. O que resta ainda de patrimônio público começa a entrar na dança do programa de privatização. A agricultura carece de política adequada e continua refém do latifúndio: apenas 1% dos proprietários rurais controlam 44% das terras brasileiras.

Mais do que um país pobre, o Brasil do presidente FHC é um país injusto. Entre os que avaliam a situação brasileira, brota o alerta: a raiz de todo esse desastre tem sido a política econômica do governo federal, que optou pela integração subordinada ao mercado global e pela abertura comercial sem freios, a pretexto de reduzir a inflação e de estabilizar a moeda. Um modelo que, desde que começou a ser implantado em 1994, com a adoção do Plano Real, revelou forte inclinação a acumular déficits em conta corrente e a promover o aumento das taxas de desemprego.

Há quem conteste a capilaridade democrática e a eficácia da política adotada. Joga neste time o deputado José Genoíno (PT-SP), líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Ele opina: "Há contradição clara, hoje, entre essa política econômica e a sociedade. Algo parecido com o que aconteceu durante o governo do general João Batista de Figueiredo, por ocasião do processo de redemocratização do país, quando havia contradição entre os de-

cretos-leis e a sociedade, o arrocho salarial e a sociedade, o desemprego e a sociedade".

Para Genoíno, o Brasil de 1999 está diante de uma situação de luta política em torno da questão econômica e da própria disputa de rumo sobre os parâmetros do desenvolvimento econômico e sobre a finalidade dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tudo isso, segundo o líder do PT na Câmara, está desgastando a imagem do presidente FHC

perante a opinião pública, além de que o governo federal começa a ser marcado por escândalos em algumas áreas: a privatização do sistema Telebrás, o socorro aos bancos por ocasião do Proer (Programa de Estímulo ao Fortalecimento e à Reestruturação do Sistema Financeiro) e da mudança da política cambial e a recente absolvição dos oficiais responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.

Xequê A situação é cada vez mais grave. As exportações não vêm crescen-

A raiz do desastre
social é a política
econômica do
governo FHC

FA



do conforme o esperado, causando impactos negativos tanto no nível de emprego quanto na balança de pagamentos. Os estados e municípios estão de pires na mão, pondo em xeque toda a política de ajuste fiscal. Subiu o desemprego, caiu o nível salarial e de renda, a miséria e a violência foram para as alturas. Aliada a essa crise econômica, a crise de credibilidade também começa a bater à porta do palácio do Planalto. O economista Márcio Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), avalia que o modelo do Plano Real, apesar de significar mais do que estabilização da moeda, é incapaz de ser sustentado politicamente.

Para ele o presidente FHC ainda não tomou posse e continua na linha da mera retórica, atacando quem se coloca contra as metas governamentais. "O governo Fernando Henrique Cardoso tem dificuldades de passar à realidade suas promessas de campanha, dado o compromisso com a política monetarista (capital financeiro internacional) e com sua base de sustentação no Congresso Nacional. Na hipótese de mudança de rota, é pouco provável que o PFL continue a apoiar o governo", observa Pochmann. E acrescenta: "Até agora, o governo federal parece não ter

a intenção de realizar investimentos consistentes para reverter o processo de exclusão de parcelas significativas da população".

A questão da crise profunda na esfera econômica traz para o primeiro plano o problema da fadiga precoce do segundo mandato de FHC. A falta de firmeza do presidente, como bem demonstrou o recente episódio em que Fernando Henrique Cardoso bateu no Congresso Nacional pela demora na aprovação das reformas, para logo em seguida pedir desculpas e dizer que não era bem assim, é vista pelo cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), como um dos fatores para o enfraquecimento do governo federal. "Acredito, porém, que o maior problema reside no alto índice de desemprego, na não-retomada do desenvolvimento e no sucateamento quase total dos programas sociais", prega Fleischer.

Fermenta, nesse clima de derrocada econômica e de crise de autoridade do presidente FHC, a questão do pacto federativo: um acordo de iguais entre União, estados e municípios, que deveria ser a base da República brasileira. Quanto a esse polêmico item, o deputado Genoíno acha que a luta de estados e municípios para atrair mais investimentos é um outro aspecto da quebra da estrutura do país. Eis o

Globalização é responsável por baixa produtividade

A produtividade do trabalhador brasileiro está estagnada há duas décadas. Relatório divulgado recentemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela que, na área de ocupação profissional, o Brasil de 1999 continua com a mesma produtividade de 1980, enquanto que no Chile houve crescimento de 26% e na Colômbia, 28%. O estudo mostra ainda que a produtividade do trabalhador da América Latina é 68% menor do que nos Estados Unidos, país que detém o maior índice do mundo, seguido de perto pelo Japão/bloco de países asiáticos e Europa.

Especialistas apontam a globalização da economia como um dos principais responsáveis pela baixa produtividade do trabalhador de países do Terceiro Mundo. Na América Latina, por exemplo, a jornada de trabalho anual varia entre 1.800 e 2.000 horas, enquanto que na Europa o número de horas trabalhadas vem se reduzindo cada vez com mais frequência, como forma de combater o desemprego.

Pertence ao trabalhador norte-americano, segundo o estudo da OIT, a liderança do ranking sobre a quantidade de riqueza produzida pelos habitantes de cada país, com média de US\$ 49.905 anuais. No caso brasileiro, em 1996, o índice estava em US\$14 mil.

No quesito valor agregado por hora trabalhada, o Brasil também apresenta índices muito mais baixos do que países com economia menos desenvolvida. O levantamento da OIT constata que, nas últimas décadas, o desempenho brasileiro praticamente não saiu dos US\$ 7,7, ao contrário do Chile que saltou de US\$ 9,90 para US\$ 12.

Os cálculos do relatório da OIT se referem a dados coletados entre 1980 e 1996.



Governo federal não investe em programas sociais

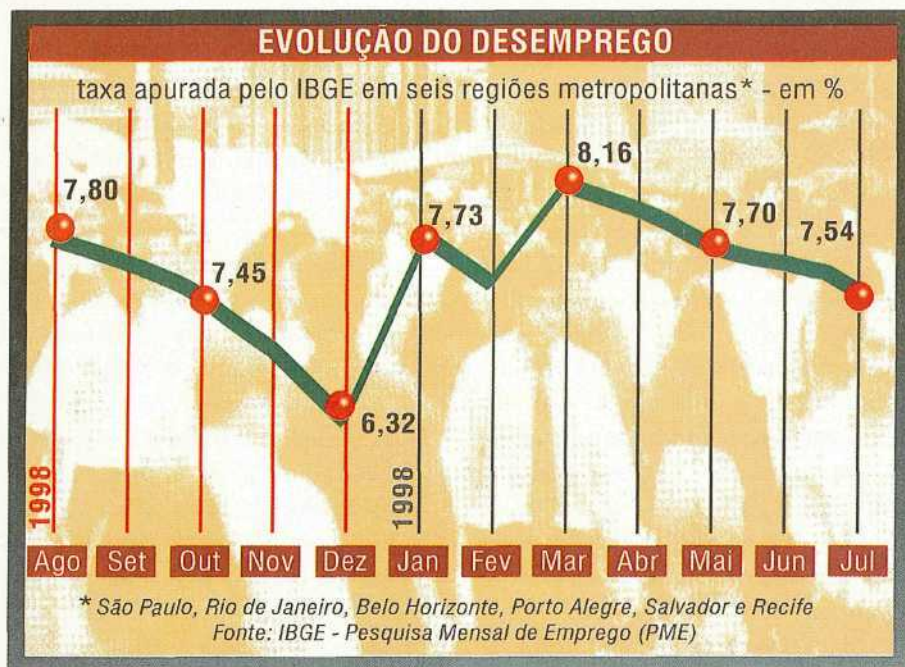
O segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso tem rimado com falta de prioridade em programas sociais. A promessa de eliminar a fome no Brasil, feita durante programa da campanha por reeleição, no ano passado, não está sendo cumprida. Desde julho, segundo denúncias da "Folha de S. Paulo", cerca de 8,6 milhões de pessoas que vivem em bolsões de pobreza Brasil afora estão sem receber cestas básicas de alimentos do governo federal.

A distribuição de cestas básicas foi suspensa pela equipe econômica e isto resulta do ajuste fiscal nas contas públicas firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A medida prejudica 30% da população brasileira que se encontra em estado de miséria absoluta e, com isso, deixam de ser atendidos moradores de pelo menos 1.353 municípios.

Para este ano o orçamento do programa de cestas básicas é de R\$ 98,2 milhões, mas apenas 47% desse valor foram liberados até agora. Um dinheiro que representa menos de 10% do que o governo FHC gasta por dia no pagamento de juros da dívida pública.

Outros programas sociais também estão sendo alvos do ajuste fiscal. Este é o caso do programa de redução da mortalidade infantil, que havia recebido até o final de agosto 37% do orçamento autorizado.

Além do mais, o preço da cesta básica tem aumentado numa velocidade acima do salário mínimo. Em maio do ano passado, por exemplo, o avanço no preço dos produtos da cesta básica comprometeu o salário mínimo em mais de 81,77%. A continuar com essa situação, o Brasil deve chegar ao fim do milênio com um dos piores perfis da distribuição de renda de todo o mundo.



seu alerta: 'Assim como a sociedade está quebrada, neste caso o desemprego é o setor mais sofrido, há também a quebradeira de estados e municípios, porque o governo FHC centralizou na União a torneira por onde jorram os recursos. Com a crise e a recessão, a arrecadação de estados e municípios fica afetada. E, neste sentido, os municípios já estão inviabilizados e não há nenhum estado em situação boa. Defendo o desdobramento da discussão das reformas tributária e fiscal, como forma de enfrentar a crise dos estados e municípios, que, em última instância, é a crise do pacto federativo'.

O caso da instalação de uma fábrica da Ford na Bahia, estado que teve a colaboração do governo federal para ganhar a guerra fiscal com o Rio Grande do Sul, cujo governador faz oposição à política do presidente FHC, foi citado pelo professor Pochmann como exemplo de que a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento regional foi substituída por uma lógica de mercado. "Equação de soma zero" (situação em que um estado ganha e outro perde) é o termo usado pelo professor da Unicamp para designar que, do ponto de vista nacional, no Brasil a soma é zero quando o assunto é a disputa fraticida de estados e municípios para atrair mais investimentos.

Faceta Representativa de uma faceta dos novos riscos ao debate democrático no Brasil tem sido a associação inédita de FHC com a mídia, em nome da qual as críticas ao governo federal passam a ser ridicula-



rizadas ou não recebem a devida atenção por parte de jornais, televisão e emissoras de rádio. Nessas condições, não é surpreendente que os meios de comunicação saiam unanimemente em apoio a medidas que visam demolir a indústria nacional, as leis trabalhistas e a Pre-

vidência social.

De todo modo e apesar do intenso processo de propaganda oficial, levado adiante nos últimos anos, para forçar a população a aceitar como justas as posturas adotadas pelo governo, a quantidade e a gravidade dos problemas aumentam com rapidez e revelam ao conjunto da sociedade a certeza de que a reeleição de FHC não passou de um estelionato eleitoral, hipótese comprovada na prática pelo fim do Plano Real, em janeiro deste ano. Foi exatamente esse modelo de âncora cambial, aliás um forte aliado na eleição e reeleição do "príncipe da sociologia brasileira" para a Presidência da República, que conduziu afinal o país à recessão.

Esse clima de insatisfação ao governo federal transparece ainda, de modo objetivo, no índice da massa real de salários. O processo de erosão do poder aquisitivo da população teve início no final de 1996, ainda durante o primeiro mandato de FHC. Balanço recente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre as contas e a economia nacionais revela que, desde outubro de 1998, a massa real de salários caiu mais de 7,6%.

O cenário atual é catastrófico, numa prova de que a sociedade parece ter atingido seus limites. Eis alguns números: além de crescer numa velocidade de supersônico, devido principalmente às altas taxas de juros, o endividamento público já alcançou a marca de R\$ 500 bilhões. Quebrados, governos estaduais e prefeituras ameaçam oficializar o calote, a exemplo da prefeitura de São Paulo, que hoje só paga dívidas com descontos de até 30%. De junho a julho deste ano, o desemprego em São Paulo passou de 19,9% para 20,1%, como resultado de uma visão monetarista que acredita ser o desenvolvimento produto exclusivo da estabilidade econômica. A impopularidade de FHC em torno de 60%, segundo o instituto de pesquisas de opinião Vox Populi, ilustra bem o quanto o quadro social é potencialmente explosivo.

A opinião de uma parcela significativa da população sobre o governo e a situação político-econômica do país tem sotaques múltiplos, por vezes complementares, outros tantos, antagonísticos. Independentemente de concepções ideológicas distintas, as reações de caminho-



neiros, produtores rurais, bancários, trabalhadores em educação, sem-terra, desempregados, funcionários públicos e mobilizações populares como a marcha dos 100 mil, em 26 de agosto último, em Brasília, partem do pressuposto de que é preciso interferir decididamente nos rumos do país, antes do vazamento da caldeira se tornar ainda mais desastroso.

Ingerência do
FMI põe em
risco democracia
no Brasil

FA

Risco No seminário "Desenvolvimento: o fato e o mito", realizado no início de setembro no Rio de Janeiro, o economista Celso Furtado solta o verbo: "a ingerência do FMI, em função da globalização, põe em risco a democracia no Brasil". Ele observa que é preciso pensar a economia como um sistema e não como

um mercado descentralizado, estabelecendo prioridades e não desmontando o parque industrial do país como, por exemplo, o setor automobilístico, grande gerador de empregos. Concorde com essa linha de raciocínio o linguista e pensador norte-americano Noam

Redução do papel do Estado provoca aumento da pobreza

Se havia alguma dúvida, agora já não há mais. A abertura comercial e a redução do papel do Estado na economia em países como o Brasil têm provocado um gradativo crescimento da pobreza. A conclusão consta de relatório sobre o desenvolvimento mundial deste século, divulgado pelo Banco Mundial (Bird).

Esse estudo do Banco Mundial sinaliza para o fato de que a estratégia neoliberal, desenhada anos atrás no chamado "Consenso de Washington" (um receituário de medidas econômicas para os mercados do Terceiro Mundo, composto por privatizações de empresas estatais e desregulamentação acentuada da economia), vem perdendo força na razão direta dos seus efeitos perversos sobre as condições de vida da população do planeta. Com isso a quantidade de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia passou de 12 bilhão em 1987 para 15 bilhão hoje. A América Latina está entre as regiões onde a pobreza mais cresce.

No relatório do Banco Mundial, o Brasil é citado como exemplo de país em que o modelo de globalização não trouxe o progresso e tampouco o desenvolvimento, mas sim o caos. O Bird credita a esse modelo o atual desastre brasileiro sob o ponto de vista econômico, causando uma crise macroeconômica prolongada.

O levantamento do Bird considera essencial dedicar maior atenção para formas de promoção do desenvolvimento que levem em conta, entre outras coisas, o planejamento ordenado nas grandes cidades e a preocupação com os efeitos da destruição do meio ambiente. Esta seria, segundo o Banco Mundial, uma maneira de fazer com que o investimento e a riqueza mundial se tornem menos concentrados.



A marcha dos 100 mil, em Brasília, tornou visível o clima de insatisfação generalizada contra a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso

Chomsky, para quem a liberalização do fluxo de capitais significa uma ameaça à democracia em todo o mundo e aos investimentos sociais. Essas idéias de Chomsky foram defendidas por ocasião de recentes entrevistas concedidas a jornais e revistas brasileiras.

A história de atrelamento do Brasil aos capitais externos é filme antigo, de antes até mesmo do próprio surgimento do cinema. Teve origem no processo de colonização - desde Portugal, Inglaterra e, agora, Estados Unidos. E transparece, neste setembro de 1999, nos acordos firmados com o FMI e nas diversas propostas de reformas (tributária, fiscal, Poder Judiciário e Previdência social) que o governo enviou ao Congresso Nacional. O deputado Genoíno demonstra ceticismo no que se refere ao quesito reformas constitucionais. Ele afirma que o presidente FHC patina nesse item. 'As propostas de reformas tributária e fiscal do Palácio do Planalto não passam de mera prorrogação de aumento de impostos. No caso da Previdência, é inaceitável mexer com os aposentados do INSS. A lei de responsabilidade fiscal do governo, por outro lado, é uma espécie de tutela violenta para cima dos governadores. Diferentemente disso, no entanto, é preciso elaborar uma lei de responsabilidade fiscal que repactue as relações entre União, estados

e municípios. Aos partidos de oposição cabe o desafio de partir para a ofensiva, a fim de buscar alternativas que viabilizem o desenvolvimento autônomo do país".

Vulnerabilidade É fato que o tamanho da crise resulta dos atalhos que o governo FHC tomou para desmontar o patrimônio público. Tanto que, em nome da disciplina fiscal, o desmantelamento da infra-estrutura social piorou a qualidade de vida da população. Situações como essa levam a uma vulnerabilidade perigosa da conjuntura, havendo o reconhecimento, por parte de amplos setores da sociedade, de que o atual modelo torna-se incapaz de dotar a economia no Brasil de um motor potente de crescimento.

Num ambiente de câmbio livre e de fronteiras sem limites, as eleições municipais do próximo ano servirão de base para avaliar as aventuras de um governo que continua a favorecer os interesses estrangeiros, enquanto a maioria da população se encontra marginalizada. 'As eleições municipais são praticamente uma prévia de 2002, ocasião em que um novo presidente da República será escolhido por voto popular. Se até lá a situação não me-

lhorar, o PSDB (partido de FHC) será um dos maiores prejudicados. Quem se distanciar cada vez mais do atual modelo econômico e das decisões presidenciais, tende a crescer em processos eleitorais futuros", avisa David Fleicher. As eleições municipais, na opinião do deputado Genoíno, serão o primeiro teste para que a oposição se credencie para disputar 2002. O parlamentar petista aproveita a oportunidade para indicar o rumo que a oposição deve tomar: "Existe a necessidade de nacionalizar a disputa do próximo ano. É preciso focalizar a crítica no modelo adotado por FHC e discutir alternativas, vinculando as eleições municipais com a disputa geral que acontece em 2002".

Consertar a economia e resgatar a dívida social são os objetivos dos movimentos e manifestações que se espalham de ponta a ponta pelo país. Por exemplo: a marcha dos 100 mil, que reuniu lideranças partidárias e trabalhadores de diversas categorias, tornou mais visível o enorme prejuízo que o governo FHC tem fabricado para o Brasil. O economista Márcio Pochmann dá a receita para a busca de novos rumos ao país: "Deve haver maior união entre o movimento sindical e popular urbano e rural, como maneira de se construir alternativas democráticas ao status quo". 



Anistia, 20 anos

A lei que garantiu "a volta do irmão do Henfil" e de outros exilados deixou várias feridas abertas

"A volta do irmão do Henfil com tanta gente que partiu", nas palavras de Aldir Blanc e João Bosco, só foi possível pela anistia, que completou 20 anos em 28 de agosto de 1999. Graças à lei, que levou o número 6.683, presos políticos começaram a ser libertados, brasileiros exilados voltaram ao país, famílias se recompuseram, a ditadura militar começou a ruir e suas entranhas foram expostas. Porém, 20 anos depois, muitas de suas feridas continuam abertas.

'A campanha da anistia, em que pese sua vitória parcial, foi diretamente responsável pela ampliação das conquistas democráticas do povo brasileiro", avalia a socióloga Vanya Sant Anna, professora universitária e membro do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) de São Paulo.

Em depoimento à Fundação Perseu Abramo, que organiza eventos para lembrar o aniversário da anistia, Vanya acrescenta que o movimento "legou à sociedade brasileira mecanismos de solidariedade ativa na defesa de todos que lutam pela liberdade, pela democracia, pela dignidade política".

O mote da fundação diz que "anistia não é esquecimento", porque "é impossível esquecer os episódios da luta em que se engajaram milhares de brasileiros, exigindo justiça para as vítimas do autoritarismo e do terror do Estado". A comemoração dos 20 anos, assim, continua a denunciar os crimes da ditadura e pedir o esclarecimento das mortes e desaparecimentos de presos e perseguidos políticos.



A campanha pela anistia reuniu setores progressistas da sociedade na década de 70 e integrou-se à luta p

História

A campanha pela anistia foi a reação ao Ato Institucional nº 5, que implantou a tortura como instrumento de Estado, no final da década de 60. Os focos de resistência surgiram nas universidades, imprensa, movimento cultural e científico, entidades religiosas e profissionais, organizações partidárias e clandestinas.

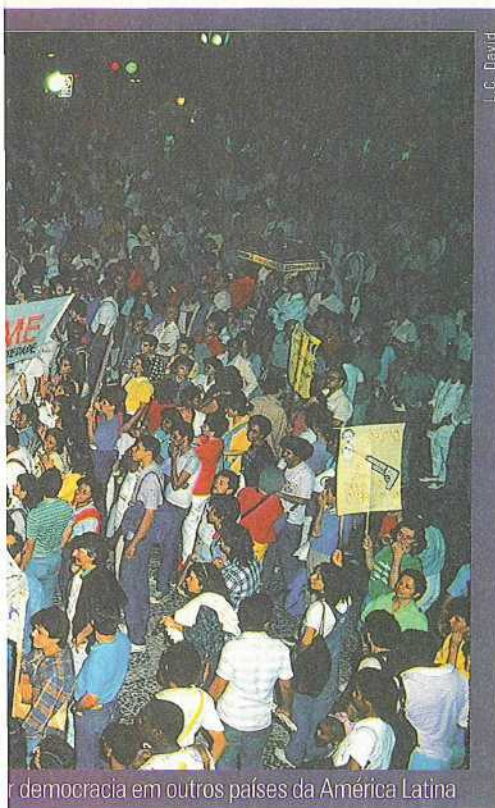
O movimento ganhou força a partir de 1978, com a criação dos comitês de anistia em todos os estados e inclusive no exterior. "Pres-

sionado, o regime militar, à moda de sempre se antecipar às conquistas populares para não partilhar o poder, enviou o projeto de lei da anistia ao Congresso Nacional", informa Vanya. O projeto, segundo a professora, atendia parcialmente as reivindicações do movimento e, contrariando uma das principais bandeiras da campanha, permitia a anistia também aos torturadores.

Para Zilah Wendel Abramo, a promulgação da lei não foi o fim da luta pela anistia,

depois

abertas na sociedade



democracia em outros países da América Latina

o que inclusive foi uma constatação do II Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1979, em Salvador (BA). Os militantes da anistia definiram, nesse congresso, a defesa da liberdade de organização dos movimentos populares e sindicais, bem como a solidariedade aos movimentos de resistência no restante do continente. Ao mesmo tempo, ainda persistiam as gestões pela libertação de presos políticos brasileiros em outros países.

O último exilado é funcionário da Caixa

Geraldo Cruz Ribeiro tenta recuperar seus direitos políticos com auxílio da Fenae e outras entidades

Vinte anos depois, ainda restam perseguidos políticos em busca de seus direitos de cidadão. Um deles é Geraldo Cruz Pires Ribeiro, empregado da Caixa e enfermeiro da Cruz Vermelha Internacional. Sua luta se tornou conhecida quando ele foi seqüestrado na Chechênia, no início do ano.

A Fenae tem feito gestões em favor de Ribeiro, junto à direção da Caixa Econômica Federal, Ordem dos Advogados do Brasil e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Abaixo, o empregado da Caixa conta aspectos de sua perseguição e luta por anistia.

FA - Como está seu processo de reintegração à Caixa?

Geraldo Ribeiro - A Caixa alega que perdi o emprego porque abandonei o serviço e não considera o fato de eu ter sido condenado a quatro anos de cadeia, que fui exilado. Isso está no processo que apresentei à Caixa, mas foi desconsiderado pelo departamento jurídico.

FA - Conte um pouco sobre sua perseguição política...

Ribeiro - Eu era redator do jornal Opinião, na Universidade Federal de Minas Gerais. Escrevi um artigo contra o governo brasileiro. Não fui preso porque a dona da casa onde eu morava foi na Caixa, onde eu trabalhava, me avisar que a polícia estava me esperando em casa. Fugi, porque sabia que, se me pegassem, iriam me torturar. Acabei indo para o Chile, onde fiquei até o golpe de Pinochet. Dali fui para a Nova Zelândia, onde tive meus primeiros contatos com a Cruz Vermelha.



Geraldo Ribeiro, empregado da Caixa

FA - Por que você não voltou ao Brasil com a anistia?

Ribeiro - Em 77 me divorciei e minha ex-mulher não quis ficar com meu filho, mas a Corte Suprema neozelandesa me impediu de sair do país com ele, de volta ao Brasil. Prefiro ficar com meu filho.

Voltei ao Brasil apenas em 88 e recebi, então, a primeira negativa da Caixa. Em 95, de novo no Brasil, entrei em contato com a Comissão de Anistia, então no Ministério do Trabalho. Recebi a anistia em 96, com orientação que o INSS me aposentasse. O instituto alegou que a decisão não havia sido publicada no Diário Oficial.

Quando pedi que a comissão, que já havia sido transferida ao Ministério da Fazenda, publicasse a decisão, meu processo foi analisado incorretamente pelos economistas, que ignoraram minha anistia e deram parecer semelhante à Caixa, dizendo que eu perdi o emprego por abandonar o serviço.



A barreira da onipresença

Enquanto durar o debate na Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara Federal, a Comissão do Sistema Financeiro vai dormir em berço esplêndido. Os líderes partidários alegam que os integrantes de

uma e outra são mais ou menos os mesmos, sem o dom da onipresença. Só após o término da primeira começariam os trabalhos de regulamentação do sistema financeiro. É discussão para o próximo século.



Homenagem a San Tiago

Há trinta e cinco anos morria San Tiago Dantas, advogado, deputado, jornalista, ministro, financista e amante das artes. Soube encarnar imaginação e lucidez. Uma figura a ser estudada.

Gastos com educação

O deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) apresentou proposta legislativa que permite que os gastos com educação sejam integralmente deduzidos do Imposto de Renda. A inspiração se deve ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, que vem ganhando na Justiça esse direito para seus associados.

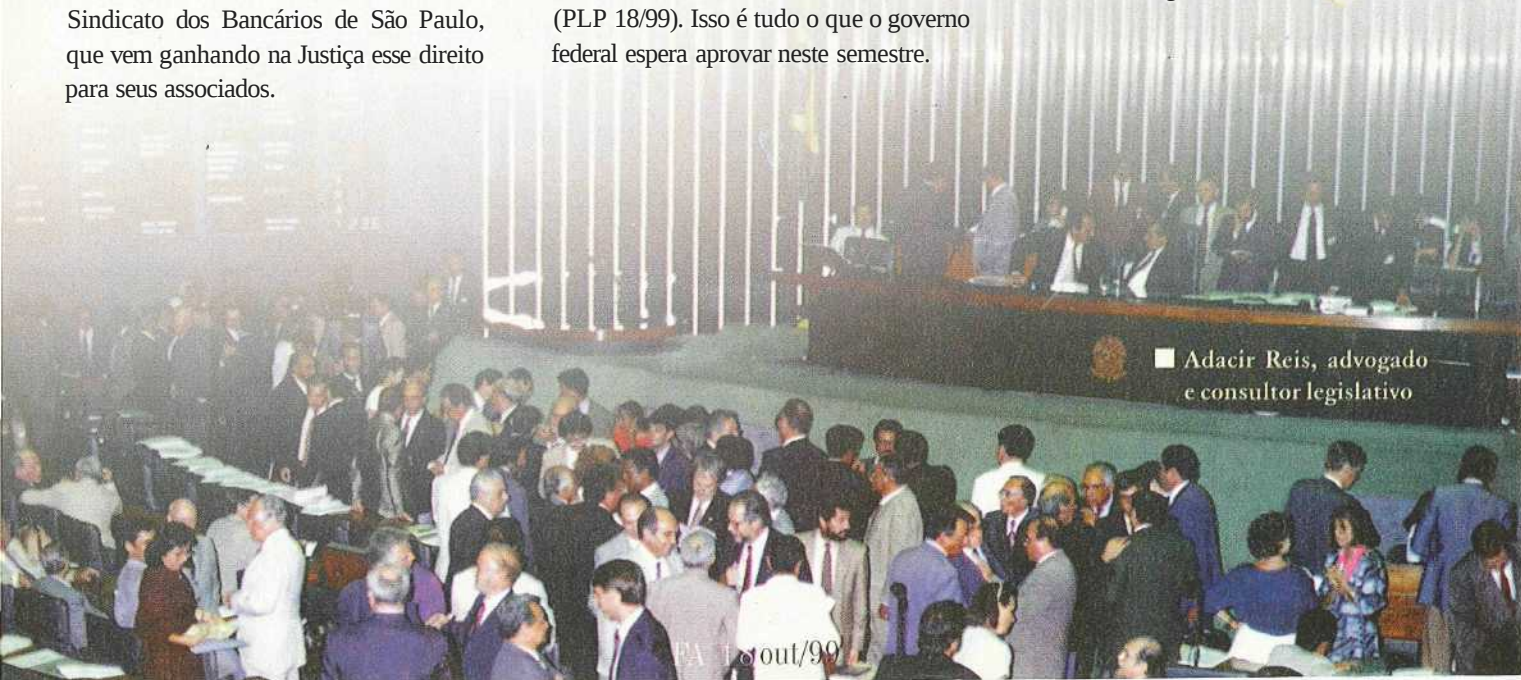
Agenda fechada

Regulamentação da Previdência privada (PLP 8, 9 e 10/99), novas regras para o regime geral de Previdência social (PL 1.527/99) e lei de responsabilidade fiscal (PLP 18/99). Isso é tudo o que o governo federal espera aprovar neste semestre.



Entre feras e feridos

Técnicos do BNDES consideraram "feras" as consultorias que se apresentaram para fazer os estudos para a reestruturação dos bancos federais. Consta de seus currículos que atuaram na reestruturação de bancos no sudeste asiático, região onde pomposos "tigres" se converteram em gatos indefesos, il[^]



Adacir Reis, advogado e consultor legislativo



Pesadelo da casa própria

O déficit de moradias atinge entre 12,7 e 13 milhões de unidades no país, em especial nas famílias com renda de até cinco salários

O sonho da casa própria parece estar condenado a permanecer no campo das ilusões para boa parte das famílias brasileiras. Estudos de instituições independentes revelam que o déficit de moradias atinge cinco milhões de unidades no país. Se a esses números forem adicionadas as moradias inadequadas, ou seja, sem condições mínimas de infra-estrutura, o volume chega a 13 milhões de unidades.

Como a urbanização nacional nunca foi acompanhada por uma política clara e eficaz para a área, a tendência de déficit tende apenas a se agravar, acompanhada pela ocupação cada vez mais precárias dos espaços de moradia.

Para o ex-deputado federal Nedson Micheletti (PT-PR), empregado da Caixa Econômica Federal, a crise habitacional no país atinge hoje seus dois aspectos básicos: a habitação popular, para famílias de baixa renda, e a habitação de mercado. Mas o problema vem de décadas e décadas passadas, sempre com a mesma origem: a falta de políticas públicas adequadas. Uma análise do desenvolvimento histórico da ocupação do solo urbano nacional comprova isso (leia mais à página 22). Na história nacional, em especial a partir do crescimento das cidades, a terra e a habitação sempre foram tratadas como mercadoria, não como bem social.

As soluções encontradas para reverter os problemas habitacionais, quase sempre, se revelam remédios paliativos. Décadas de políticas equivocadas fazem com que praticamente um terço das famílias brasileiras, segundo pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), não tenham uma residência adequada nos anos 90. Os pesquisadores E. S. Prado e E. R. Perin estimaram em 1992 que, das 38,9 milhões de famílias brasileiras, 12,7 milhões não dispunham de residência adequada. Moradia adequada é a habitação na qual reside uma única família, servida por redes de água e esgoto, e que não seja nem casa improvisada nem precária, independentemente de ser própria, alugada ou cedida gratuitamente. Casa precária, por sua vez, é a moradia improvisada em espaços comerciais ou prédios em construção, casas revestidas com material sem resistência e outras classificações.

O valor levantado pelos pesquisadores é semelhante ao número utilizado pelo governo, 13 milhões, de acordo com pesquisa do instituto João Pinheiro. Do total encontrado pela USP, nada menos que 51% estão no Nordeste, que reúne apenas 26,5% do total de famílias brasileiras. A conclusão é alarmante: 62% das famílias nordestinas moram em habitações inadequadas. O Sudeste, região mais populosa do país, tem 25% do déficit nacional, ou cerca de 3,2 milhões de moradias inadequadas. Já a área

rural tem déficit de 6,3 milhões de unidades habitacionais.

Perin e Prado ainda estimaram que, do total de moradias em débito no Brasil, cerca de 3,4 milhões são novas necessidades na área urbana. De outro lado, 56,9% do déficit representam moradias sem serviços de água e esgoto. Assim, a demanda maior do país não é por novas moradias, mas sim por investimentos públicos em saneamento básico e infra-estrutura urbana.

História O governo reconhece até mesmo uma demanda maior: quatro milhões de novas moradias urbanas e 1,6 milhão no campo, "especialmente na faixa econômica de famílias que recebem até dois salários mínimos", de acordo com o documento Política Nacional de Habitação, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O governo reconhece, no entanto, que a existência de moradias inadequadas demanda uma política urbana conjunta, ao mesmo tempo em que, através do IBGE, detectou ainda três milhões de imóveis urbanos desocupados, especialmente na faixa de renda acima de 10 salários mínimos.

A partir desses números, o governo estima que os investimentos necessários em habitação somam R\$ 45 milhões na área urbana, R\$ 7,5 milhões na rural e R\$ 15 milhões para eliminar moradias inadequadas.

No entanto, se depender da prática costumeira do governo, a solução está longe de acontecer. "No que se refere à habitação popular, a bibliografia relativa às políticas sociais no Brasil revela que ela tem sido historicamente tratada como um problema de saúde pública ou como um instrumento de conquista da paz social", diz Lucyvanda Moura, coordenadora geral da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur).

E mesmo a literatura reflete o tratamento equivocado dispensado: no livro "O Cortiço", o escritor Aluísio Azevedo já apresentava alguns dos problemas desse tipo de habitação comum no século passado, a mais acessível para a população de baixa renda.

Já a "paz social" tentada através da habitação, para Lucyvanda, se revelou claramente durante a ditadura militar. "Nesse período, o problema habitacional era visto como sendo de natureza financeira, cuja solução deveria atuar como bálsamo das feridas cívicas, tendo como objetivo a transformação do proprietário da casa própria em um aliado da ordem", diz ela.

Se o BNH, apesar de todos os seus problemas, ao menos foi criado para a erradicação das

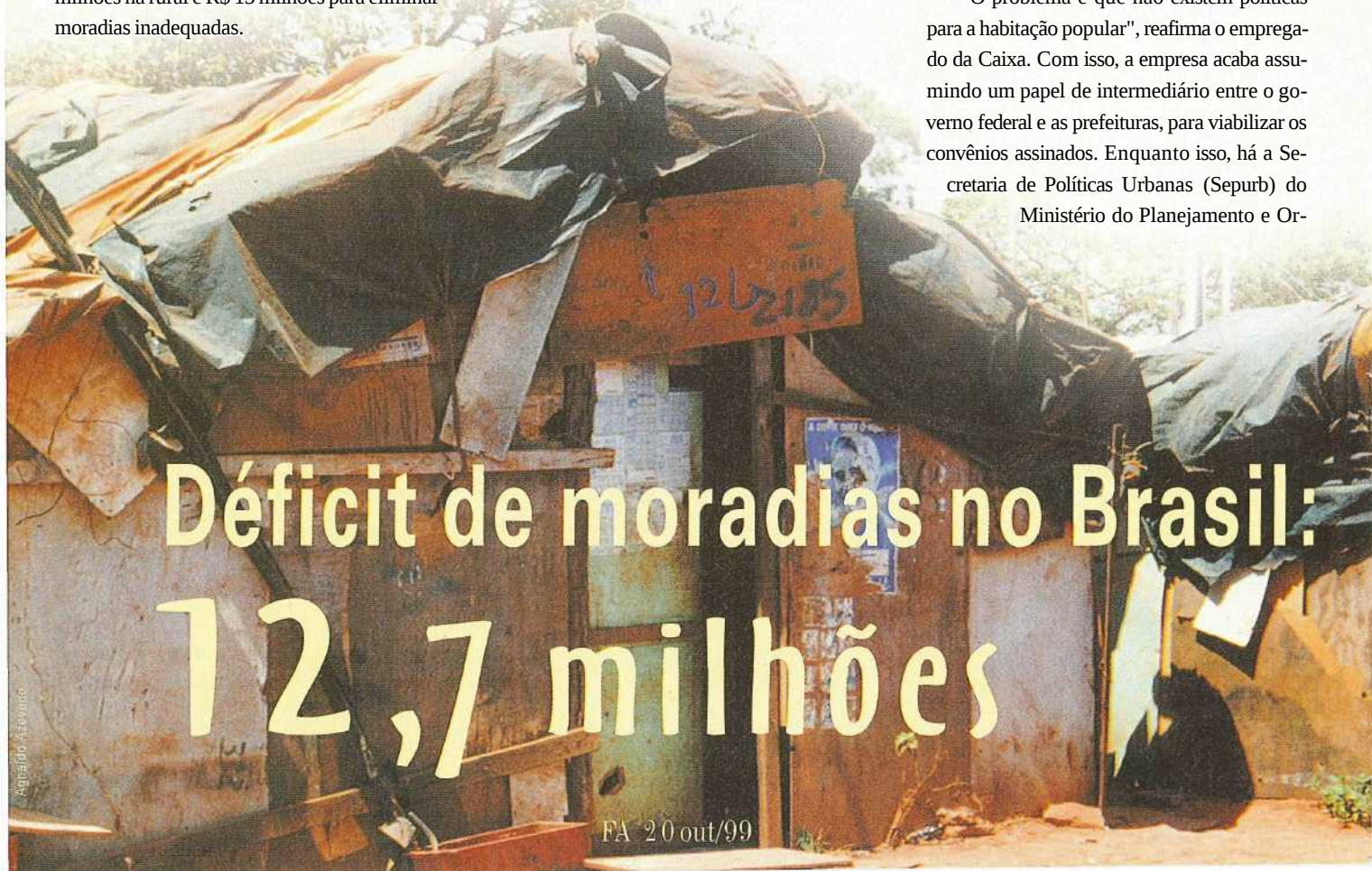
favelas, hoje não há sequer uma política do setor público para a camada excluída. Para o ex-deputado Nedson Micheleti, empregado da Caixa, "o FGTS, que deveria ser aplicado nessas áreas, é usado para a privatização do saneamento ou para comprar carteiras imobiliárias de bancos liquidados, ou seja, investimentos habitacionais já efetivados".

Além da falta de política governamental, a habitação sofre por fatores indiretos, como o crescimento demográfico e a migração de outras cidades para centros maiores, bem como a queda de renda do brasileiro. Estudo citado por Micheleti revela que um percentual significativo das pessoas que estão hoje em ocupações

urbanas já tiveram casa própria.

Caixa Hoje, quando se fala em habitação, no Brasil, é impossível ignorar o nome da Caixa Econômica Federal. Para o ex-deputado, o papel da Caixa está sendo cumprido, já que a empresa não tem delegação do governo para cuidar exclusivamente do déficit de moradias na baixa renda, mas também do mercado habitacional.

"O problema é que não existem políticas para a habitação popular", reafirma o empregado da Caixa. Com isso, a empresa acaba assumindo um papel de intermediário entre o governo federal e as prefeituras, para viabilizar os convênios assinados. Enquanto isso, há a Secretaria de Políticas Urbanas (Sepurb) do Ministério do Planejamento e Or-



Déficit de moradias no Brasil: 12,7 milhões

çamento (MPO), que deveria cumprir esse papel. Porém, suprema ironia, "não existe uma política urbana, e portanto não há recursos orçamentários", segundo Micheleti.

O desencontro justifica que, em 30 anos de existência, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) tenha destinado apenas 3% dos recursos a famílias com renda média inferior a três salários mínimos, de acordo com dados do próprio governo, em página do Ministério das Relações Exteriores na internet. No total, foram 5,5 milhões de famílias beneficiadas em três décadas. Ao mesmo tempo, nada menos que 84% da demanda por novas moradias urbanas estão entre famílias que ganham até cinco salários mínimos, e 55% apenas na renda mensal familiar de até dois salários.

"A eliminação desse déficit exige investimentos estimados em R\$ 53 bilhões", avalia o ministério. Entre 96 e 99, o governo prevê aplicar R\$ 21,5 bilhões no setor, beneficiando 1,3 milhão de famílias com recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União.

Popular Como o investimento anunciado não é acompanhado por uma nova política habitacional, especialmente no que se refere à baixa renda, o governo corre o risco de repetir os erros anteriores. Caso aceitasse sugestões, o executivo federal estudaria melhor um projeto de lei (PL) que tramita já há nove anos na Câmara Federal, sob o número 2710/92. "O projeto é o primeiro de iniciativa popular recebido pela Câmara, com mais de um milhão de assinaturas, e teve participação do movimento de moradia em sua discussão", relembra o ex-deputado Micheleti, que foi seu

BNH nasceu para combater favelas

Agroindustrialização provocou inchaço na cidade

A linhagem habitacional que desemboca hoje na Caixa Econômica Federal vem do tempo do governo de Getúlio Vargas. A Fundação da Casa Popular foi o embrião do Banco Nacional da Habitação (BNH), surgido logo no início da ditadura militar. O BNH foi o instrumento utilizado para combater os efeitos urbanos do crescente êxodo rural, de certa forma incentivado pela política de industrialização do campo levada adiante pelo governo militar.

"A política de mecanização do campo, que passou a se voltar para as culturas de exportação, gerou um desemprego muito grande na área rural", relembra o empregado da Caixa Nedson Micheleti, ex-deputado federal (PT-PR). Segundo ele, "foi natural a migração para a área urbana, inchando as favelas, e o BNH centralizou recursos para fazer frente a essa situação".

Para o ex-deputado, o banco cumpriu o papel para o qual foi criado. "Mas isso não significa que devemos ser favoráveis tanto à política agrícola adotada pelo governo quanto à forma com que o BNH buscou suprir essa demanda", diz Micheleti. É só observar de longe um dos famosos conjuntos do BNH que não tenha sido desfigurado pelo tempo para entender o que o ex-deputado chama de "violência cultural" que soprou sobre milhões de famílias, que perderam as referências de suas relações.

Depois que esse processo perdeu fôlego, o BNH passou a administrar os projetos que havia desenvolvido anteriormente, principalmente nos últimos quatro anos de sua existência, período que coincide com o fim da ditadura militar. "Seu fim não provocou reações maiores da sociedade, porque o papel de financiador de novos projetos já estava sendo feito, na prática, pela Caixa", relembra Micheleti.



Se o BNH foi o instrumento com que o Estado reagiu ao crescimento das favelas, sua concepção contribuiu para as falhas no projeto. Segundo a coordenadora geral da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Lucyvanda Moura, "o problema habitacional era visto como sendo de natureza financeira". O objetivo do governo militar, ao financiar casas populares, era "transformar o novo proprietário em aliado da ordem". Isso era feito através de conjuntos uniformes, que alijavam os pobres do centro da cidade, numa tática que continua a ser usada pelos governos desde então.



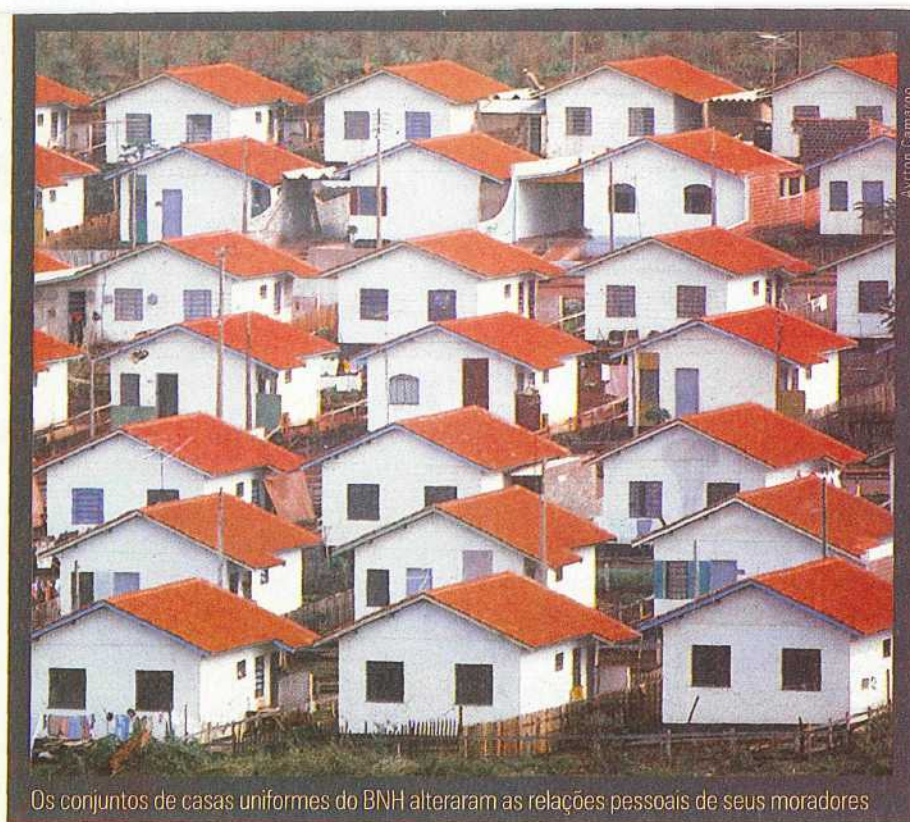
Urbanização não foi seguida de uma política pública correta

A crise habitacional brasileira se entrelaça com a ocupação do território nacional. Segundo a coordenadora geral da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Lucyvanda Moura, a crise "tem suas origens em dois fenômenos: a forma de apropriação do espaço urbano e o processo de urbanização em nosso país".

Antes dos movimentos históricos de urbanização, as vilas e cidades da então colônia portuguesa nasciam e cresciam ao sabor das vontades dos senhores das terras. Lucyvanda avalia que, a partir do século XVIII, mas principalmente neste século, as cidades sobrepujaram o campo como local de habitação dos brasileiros. "O processo acelerado de urbanização não foi, entretanto, acompanhado por uma política habitacional capaz de fazer frente aos problemas decorrentes", contrapõe.

Os sucessivos governos não estabeleceram uma política definida. Apenas criaram entidades e empresas para construir casas. Os primeiros responsáveis por essa tarefa foram os institutos de aposentadoria, na primeira metade do século. Com o governo de Getúlio Vargas, nasceu a Fundação da Casa Popular, "instrumento de garantia da harmonia social". Após o caudilho gaúcho, segundo a coordenadora da Ansur, foi criada uma expectativa não-cumprida em torno do governo de Juscelino Kubitschek.

A última tentativa na área antes da Caixa Econômica Federal assumir a questão habitacional foi o Banco Nacional da Habitação (BNH), ícone da moradia durante o governo militar. O BNH serviu aos interesses da propaganda militar, apesar de ter cumprido seu papel de erguer conjuntos habitacionais (leia matéria na página anterior).



Os conjuntos de casas uniformes do BNH alteraram as relações pessoais de seus moradores

relator enquanto cumpria mandato no Congresso Nacional.

Os principais pontos do projeto, que cria o Fundo e o Conselho Nacional de Moradia Popular, são os seguintes:

- A faixa de subsídio foi reduzida para cinco salários mínimos, e se refere ao comprador, não ao imóvel, para evitar transferências de subsídio.

- As fontes de arrecadação foram especificadas - FGTS, empréstimos internos e externos, recursos do programa nacional de desestatização e recursos orçamentários da União.

- As esferas governamentais (União, estados e municípios) devem destinar, no mínimo, 2% do Orçamento para a habitação.

Micheleti acrescenta que, "pelo projeto, quem executa a política é o município, pois o problema é local". O Conselho Nacional terá o papel de definir as diretrizes e prioridades da política de habitação. Para isso, deve ter a participação de todos os setores da sociedade, exigindo que cada município e estado tenham o seu correspondente local, com a missão de traçar as prioridades regionais.

Lucyvanda Moura, da Ansur, faz coro com Micheleti. "Esse projeto de lei, ao propor a criação de um sistema nacional de habitação, tem como um dos objetivos viabilizar o acesso à

habitação com prioridade para a população de baixa renda", diz a militante de moradia.

O governo não vê com bons olhos o projeto exatamente pela vinculação orçamentária e pela destinação mínima de 2% do Orçamento para a área. De qualquer forma, o PL 2710/92 já andou bastante em meio ao emaranhado de comissões, subcomissões, pareceres e pedidos de vista da Câmara Federal. Hoje, está parado na Comissão de Finanças e Tributação, instância em que, exatamente, vai ser discutida a pendência orçamentária.

"O projeto mostra que política habitacional não é somente construir casas, mas também urbanizar favelas, remanejar cortiços, oferecer loteamentos populares e dotá-los de infraestrutura necessária", avalia Micheleti.

O PL 2710/92 avança em relação às discussões travadas em 1988, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte. Lucyvanda Moura relembra que a mobilização de diversas entidades resultou na inclusão de capítulo específico, na Constituição Federal, sobre política urbana. Os artigos 182 e 183, que ainda carecem de regulamentação, destacam a função social da cidade e da propriedade, "o que significa a garantia do acesso à terra e à moradia para toda a população".





Caixa

Espaço aberto para a iniciativa privada

Direção da empresa toma iniciativas ligadas com a perspectiva de privatização

A Caixa Econômica Federal está sendo colocada em uma situação em que a entrega de seu espaço no mercado financeiro à iniciativa privada - ou mesmo a outra instituição oficial - vem se tornando uma ameaça cada vez mais contundente. Essa é uma constatação que se fundamenta em fatos externos - no âmbito do governo federal - e também em ações da própria diretoria da empresa.

Pessoas do primeiro escalão do governo FHC cogitam privatizar ou, na melhor das hipóteses, transformar a Caixa em um "banco de segunda linha". E já tomam medidas concretas nesse sentido. É caso da decisão do Comif (Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Federais) de contratar uma consultoria para decidir o futuro dos bancos

públicos.

A diretoria da Caixa, por sua vez, toma iniciativas que se casam com as perspectivas apontadas pela área econômica e por políticos da base governista, como é o caso do senador Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL, partido ao qual é ligado o presidente da Caixa, Emílio Carazzai.

O processo de terceirização dos serviços na Caixa está sendo aprofundado e a cúpula da empresa já tomou a decisão de partir também para a contratação temporária. Além disso, Carazzai manifestou-se favorável à inclusão da Sasse Seguros no Programa Nacional de Desestatização, medida anunciada pelo ministro Pedro Malan (Fazenda) no dia nove de junho, e disse que a Funcef também terá que vender as ações da seguradora - a Caixa detém 48% das ações da Sasse, a Funcef, 50,75% e a Fenaef, 1%.

O presidente da Caixa anunciou, inclusive, a

contratação de uma empresa para fazer a avaliação econômico-financeira da Sasse e definir o modelo de venda das ações. Segundo ele, a intenção é vender as ações até o final do ano.

Outra medida que visa deixar a Caixa em condições de ser privatizada é a implantação de um novo Plano de Benefícios na Funcef com a mudança do sistema de benefício definido para contribuição definida, como querem tanto a diretoria da Caixa como a da fundação. A medida eximiria a patrocinadora de qualquer responsabilidade em caso de déficit no plano, o que faria aumentar o interesse da iniciativa privada pela Caixa em um processo de privatização.

A contratação temporária de bancários pela Caixa foi decidida em reunião da diretoria, no dia dois de junho. A confirmação da medida veio depois de um pedido de informação feito, via Ministério da Fazenda, pelo deputado Wellington Dias (PT-PI). O parlamentar é empregado





da Caixa e tomou conhecimento da intenção da direção da empresa através da Fenae. A nossa Federação encaminhou ofício à Caixa no dia 10 de junho, manifestando sua opinião de que a contratação temporária é danosa à empresa e solicitando esclarecimentos sobre o assunto. Cópia do ofício foi enviada a Wellington Dias, que a utilizou como subsídio ao pedido de esclarecimento a Malan.

Na resposta ao deputado, a diretoria da Caixa alega que a contratação temporária de bancário "visa atender a demandas específicas, temporárias e emergenciais". Inicialmente, ela deverá suprir as "demandas dos PV com relação ao acultamento de clientes na utilização de equipamentos de auto-atendimento".

Como remuneração, a Caixa afirma ter tomado como "referencial" o piso dos bancários fixado pela Fenaban, que é de R\$ 488,80. A empresa não informa o resultado de levantamento de demanda por ponto de venda. Esta e outras informações foram solicitadas pela Fenae, que acionou também a sua assessoria jurídica para que sejam analisados os questionamentos legais cabíveis a esta iniciativa da atual direção da Caixa.

Para o deputado Wellington Dias, a contratação temporária é "mais um equívoco da Caixa, que realizou há pouco um programa de desligamento voluntário, desfalcando o corpo funcional de pessoas indispensáveis ao bom funcionamento da empresa". No pronunciamento que fez no dia 10 de junho, o deputado lembra ainda que dos cerca de cem mil trabalhadores da Caixa, somente 55 mil pertencem ao quadro de empregados da empresa. Os 45 mil restantes são contratados de prestadoras de serviços ou estagiários.

Terceirização

A contratação de empresas para prestação de serviços, a chamada terceirização, vem sendo feita há algum tempo pela Caixa. Trata-se de um expediente que tem se caracterizado como mero mecanismo de interposição fraudulenta de mão-de-obra e que, ultimamente, assumiu proporções alarmantes. O que antes dava-se apenas em atividades de apoio - limpeza, vigilância etc. -, agora está se tornando comum nas chamadas áreas fins do banco, atingindo praticamente todos

os setores: cobrança, execução extrajudicial, cartão de crédito, compensação, retaguarda, processamento do FGTS e controle de contratos habitacionais.

No início do ano, os sindicatos de bancários de São Paulo e do ABC alertaram para o fato de que a terceirização já havia chegado aos serviços de caixa de telemarketing, através do modelo operacional de ponto de venda (MOPV), cujo objetivo é estimular o auto-atendimento para diminuir as filas. À época, a mesma experiência era feita também em Pernambuco e Minas Gerais, com a perspectiva de se generalizar, a despeito de todos os riscos administrativos e estratégicos. Em fevereiro, o diretor do Seeb/SP e membro da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, Raimundo Okada, já dizia que "não há mais área do banco que não possa ser vanida pela terceirização". Hoje, a terceirização de serviços tipicamente bancários realmente não é mais novidade na Caixa.

O deputado Wellington Dias alerta para o fa-

to de que a Caixa usa a terceirização para burlar a lei na qual se exige concurso público para o preenchimento de vagas no quadro de funcionários das empresas públicas. O objetivo, segundo ele, é a "contratação indireta de mão-de-obra barata, em paulatina substituição dos bancários nas agências". Para a Fenae, a carência de pessoal deve

ser resolvida com a realização de concurso público em todo o país.

Ato falho

É verdade que depois Emílio Carazzai voltou atrás, mas o fato é que ele chegou a admitir "especulativamente", conforme noticiou a Agência Estado no dia quatro de agosto, a transferência da área comercial da Caixa para o Banco do Brasil, "dentro do processo de reestruturação do setor financeiro público, em estudo pelo governo federal". A mesma informação foi dada também pela "Gazeta Mercantil". Em nota distribuída aos empregados, Carazzai disse que foi "mal-interpretado" e que considera a área comercial um "suporte às operações principais da instituição".

Há no movimento dos empregados a avaliação de que o processo de privatização da Caixa passa pelo desmonte da empresa, sendo a área comercial um alvo estratégico. Para o presidente da Fenae, Carlos Borges, "o escorregão de Carazzai só reforça esse temor".

Trabalham na
Caixa 45 mil
pessoas que não
são funcionários





Movimento

Mobilização em defesa da Caixa

Empregados buscam apoio na sociedade e no meio político pela preservação da empresa pública

Os empregados da Caixa se movimentam por todo o país em busca de apoio na sociedade e no meio político, em defesa da instituição.

A mobilização vem desde o início do ano, tendo sido ampliada a partir da criação do Comitê Nacional em Defesa da Caixa, no dia 20 de abril, em Brasília.

O fórum conta com a participação de todas as entidades representativas dos bancários da Caixa - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae); Federação Nacional dos Gerentes (Fenag); Federação Nacional dos Aposentados (Fenacef); União Nacional dos Economistas (Unei); Associação dos Advogados da Caixa (Advocaf); Comissão Executiva dos Empregados (CEE-CEF); diretor representante dos empregados na Funcef (Direp/Funcef); e diretor representante dos empregados na Sasse (Direp/Sasse).

A reação à ameaça de desmonte e/ou privatização da empresa é reforçada também com a criação dos comitês estaduais. Já foram criados 20 por todo o

país, possibilitando o desenvolvimento de ações também em nível regional, com o envolvimento das comunidades locais, assim como de governadores, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, lideranças sindicais e populares.

Enquanto o Comitê Nacional se articula no Congresso e junto a entidades e lideranças nacionais, os comitês estaduais organizam seus próprios seminários, programam sessões solenes e audiências públicas em Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, fazem visitas a lideranças partidárias, promovem debates com personalidades e atos públicos e protestos contra as privatizações. Colhem também assinaturas a um abaixo-assinado em defesa dos bancos públicos. A maioria dessas ações dos empregados da Caixa são articuladas com as dos trabalhadores dos demais bancos federais, através de Comitê em Defesa dos Bancos Públicos.

Assinaturas visam proteger o patrimônio da sociedade

O abaixo-assinado em defesa dos bancos públicos atingiu, em 13 de setembro, 112.782 assinaturas, conforme levantamento divulgado pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). O objetivo é chegar a um milhão.

Os estados que mais coletaram assinaturas foram São Paulo (42.329), Ceará (24.229) e Bahia (10.656).

O número de assinaturas coletadas apenas por entidades dos empregados da Caixa chegou a 62.582 em 15 de setembro. Os estados que mais coletaram foram São Paulo (20.032), Minas Gerais (14.467) e Bahia (9.279).

Estão sendo colhidas também assinaturas de parlamentares a uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera o artigo 192, tornando necessária autorização do Congresso para qualquer alteração na composição societária dos bancos federais e suas subsidiárias. Até 10 de setembro, a PEC contava com o apoio de 152 deputados federais. Para que a PEC seja apresentada à Mesa da Câmara dos Deputados, são necessárias 171 assinaturas - um terço dos 513 deputados.

No Ceará, o Comitê em Defesa dos Bancos Públicos e das Estatais promove um concurso de redação com o tema 'As consequências das privatizações para a sociedade brasileira', destinado a estudantes do ensino médio (segundo grau) das escolas públicas e particulares do estado, com prêmios aos vencedores.

No Piauí, o Comitê em Defesa da Caixa vem desenvolvendo atividades com grande repercussão na mídia local. Está indo ao ar através de rádios comunitárias e emissoras de baixa frequência um programa em defesa dos bancos públicos e os jornais da grande imprensa têm também noticiado as iniciativas do comitê.





A última cartada de FHC

■ I Aloysio Biondi

No primeiro semestre do ano passado, as empresas "brasileiras" (isto é, incluindo-se as multinacionais que opaum no país) conseguiram levantar US\$ 17,5 bilhões em empréstimos no exterior. Neste ano, no mesmo período, os banqueiros internacionais lhes emprestaram apenas US\$3,5 bilhões. Cinco vezes menos. E a juros duplicados, de 7,5% a 8,5% para 15% a 16%. E os investidores estrangeiros voltaram a fugir das Bolsas brasileiras, remetendo US\$630 milhões para fora, em agosto. Qual o principal motivo da desconfiança mundial em relação ao Brasil, retratada claramente nesses números? Medo de "calote". Justificável. O governo brasileiro, com sua dívida interna caminhando para a cifra fantástica de meio trilhão de reais, está enfrentando uma carga de juros de praticamente R\$ 10 bilhões. Por mês. Por mês. Como a arrecadação está na faixa dos R\$ 12 bilhões mensais, isto significa que o Tesouro só consegue pagar uns R\$ 2a3 bilhões desses juros a cada mês, e joga os restantes R\$ 7a8 bilhões mesais no bolo da dívida - que cresce, portanto, como "bola de neve".

A mão do FMI

O Brasil continua quebrado. Os banqueiros e investidores internacionais sabem disso. Põem a barba de molho. E, num videotape trágico dos acontecimentos do ano passado, "o mercado" encurrala o governo contra a parede. Desde o final de julho, voltou a onda de compra de dólares inclusive nos mercados futuros, com novos recuos para o real.

Desesperado, o Banco Central volta a lançar títulos, "papagaios" do governo com o valor fixado em dólar, isto é, com correção cambial, esperando que o mercado compre esses títulos e deixe de pressionar as cotações do dólar. Tudo, tragicamente igual à crise de janeiro (adiada, na verdade, desde maio/junho de 1998). O governo



FHC continua a "rifar" o futuro do país, atolando o Tesouro cada vez mais, e sujeitando-o a novos "rombos" aterradores resultantes da desvalorização do real em que os banqueiros apostam. O desastre tem sido adiado por um maquiavélico apoio do FMI, que estica a corda para o governo FHC com o objetivo de dar-lhe tempo para realizar "determinadas" privatizações. Principalmente, a exploração do petróleo nacional.

Reação, afinal?

O governo FHC já marcou, para este mês de outubro, os novos leilões para entregar, a multinacionais, as fantásticas áreas petrolíferas descobertas pela Petrobras ao longo de décadas. Nunca é demais repetir: em sua placa forma submarina, o Brasil tem, sem que o povo brasileiro saiba disso, os campos de petróleo mais fabulosos do mundo. Áreas em que um único poço é capaz de produzir 10.000 (dez mil) banis de petróleo

por dia. Um poço. Por dia. A 22 dólares o barril, são US\$220 mil por dia, ou US\$6,66 milhões por mês, ou algo como US\$ 80 milhões por ano. Algumas dessas áreas já têm 25 poços em exploração que rendem, portanto, US\$ 200 milhões por mês. Ou, ainda, US\$2,4 bilhões (com a letra "b") por ano, equivalentes a uns R\$ 4,5 a 5 bilhões por ano. Toda essa fortuna poderia ser da Petrobras, isto é, basicamente do Tesouro, seu principal acionista. Está sendo entregue de graça às multinacionais. Os leilões são a última cartada do governo FHC, na tentativa de atrair dólares. Mas são, também, um novo e monstruoso crime de lesa-Brasil. O nascente movimento de reconstrução da nacionalidade, anunciado pelas oposições, conseguirá evitá-lo?

Aloysio Biondi,
jornalista.



Solidariedade X individualismo

Sociedade do fim do milênio se divide entre o egoísmo e a busca da vida solidária

Brasília, oito horas da manhã. Não é raro encontrar crianças dormindo sob a marquise dos prédios do Setor Comercial Sul, inclusive em frente ao prédio em que fica a sede da Fenae. O sol já vai alto, pessoas passam para seu trabalho sem se importar com a cena freqüente.

A imagem pode ser transposta para toda cidade grande do país. Essa e outras cenas indicativas da desigualdade social brasileira já não chocam mais as pessoas, que passam indiferentes,

com certeza preocupados e assoberbados com seus próprios problemas. A pouco mais de um ano da passagem de milênio, século e década, a sociedade vive a esperança de uma nova mentalidade no século XXI e no terceiro milênio ao mesmo tempo em que experimenta situações de individualismo explícito.

A criança que dormia ao relento, sob o sol da manhã na capital federal, foi recolhida apenas após o telefonema de um cidadão preocupado à instituição competente. Algumas pessoas entrevistadas pela redação da revista FE-

NAE AGORA afirmaram que até tiveram "vontade de ajudar" as pessoas envolvidas em situações semelhantes, mas que não sabiam o que fazer. Muitas reclamaram que já não dão dinheiro para esses adolescentes e mesmo adultos que pedem esmola nas ruas, pois sabem que eles vão "beber até cair".

Levantamento recente do instituto de pesquisas Vox Populi revela que a desigualdade social é o maior medo de apenas 2% dos brasileiros entrevistados. 'A sociedade se encontra hermética a fatores que atingem muitas pessoas',



Projeto premia famílias que mantêm seus filhos na escola

A solidariedade é um dos combustíveis do projeto Missão Criança, do qual fazem parte diversas entidades de bancários, incluindo a Fenae. O projeto, liderado pelo ex-governador Cristovam Buarque (PT), do Distrito Federal, pretende garantir um retorno financeiro (a bolsa-escola) para famílias de baixa renda que mantenham suas crianças estudando.

Segundo avaliação da organização não-governamental Missão Criança, quatro milhões de crianças estão fora da escola, por precisarem trabalhar para complementar a renda familiar. Um dos primeiros resultados do projeto aconteceu em Paracatu (MG), cidade onde estão sendo distribuídas mensalmente 50 bolsas.

No Distrito Federal, unidade da federação em que a campanha está mais avançada, metade dos recursos arrecadados pelas entidades será destinada a crianças que trabalham nos lixões. A opção decorre da campanha Criança no Lixo Nunca Mais, organizada pela própria Missão Criança junto ao Fórum Nacional Lixo e Cidadania e à Organização das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef).

A Fenae, que participa do fórum no Distrito Federal, pretende avaliar a experiência e estendê-la a outros estados, através da ação conjunta com as associações do pessoal da Caixa (Apcef). "Num mundo individualista, é gratificante trabalhar sob a perspectiva da solidariedade, principalmente por ser uma área na qual o governo falha", comenta Aparecida Diniz, diretora da Fenae.

Ao mesmo tempo, os empregados da Caixa continuam atuando na Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, campanha iniciada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

acredita a psicóloga Eliana Mendonça Vilar Trindade, que trabalha em projetos como o Esporte Solidário, do Sesi, e o auxílio a grupos de alcoólicose anônimos. Ela cita como exemplos o silêncio diante do crescimento de mendigos nas ruas, mas também diante do aumento de casos de pessoas infectadas pelo vírus HIV - em 2000, estima-se que 40 milhões de pessoas estarão afetadas pela Aids no mundo.

Nó Segundo Eliana, a existência de dois movimentos opostos no fim do milênio, a solidariedade e o egoísmo, acaba criando "revoluções mudas" na sociedade. De modo geral, a psicóloga acredita que as mudanças tendem a ser positivas, mesmo quando geram crises. "A tendência para o individualismo também pode ser positiva, mas sem desvirtuações", diz ela.

A psicóloga identifica muitos problemas nas famílias, que acabam caindo nos chamados "nós axiológicos": seus valores tradicionais são confrontados. Com isso, "a família deixa de ser um ninho de proteção para as pessoas e passa a ser transmissora de problemas".

Os jovens, nessa situação, acabam sendo os principais atingidos pelo choque de valores. "Eles sofrem de uma solidão crescente, falta de credibilidade em seus ideais, falta de diálogo com as pessoas mais velhas", avalia Eliana.

O individualismo também acaba atingindo as relações de trabalho, ou seja, mais um campo

em que os jovens estão em desvantagem, já que fica cada vez mais difícil passar pela porta de entrada do primeiro emprego. Não é à toa que o desemprego é considerado, na mesma pesquisa do Vox Populi, um dos principais problemas a ser enfrentados pelos brasileiros.

Poucas vagas geram muita competição entre as pessoas, numa lógica que o sistema capitalista repete também nas relações pessoais, na individualização cada vez maior do lazer e na banalização e comercialização do prazer. "Esquecemos a importância do trabalho mais integrado como forma de construção das relações sociais e partimos para uma disputa de poder e espaço", lamenta a psicóloga.

De volta à criança deitada na calçada. Uma das faces da revolução muda deste fim de milênio é o número crescente de pessoas preocupadas realmente com o que se passa à sua volta na sociedade, como o cidadão que chamou o serviço de atendimento a moradores de rua. Para Eliana, "as pessoas expostas aos maiores sofrimentos talvez tenham o privilégio de perceberem antes das outras que é preciso fugir do determinismo social, do materialismo insustentável".

São pessoas que não se identificam em seu grupo pela roupa que usam, pelo carro que têm, pelo tipo de alimento que comem. "Há uma minoria preocupada, e esse é mais um aspecto da revolução muda que a sociedade experimenta", diz a psicóloga. **PA**



Um homem "feito de ferro e de flor"



O pernambucano Gregório Bezerra dedicou sua vida às causas populares

Em 13 de março de 1900, na cidade de Panelas (PE), a 200 quilômetros de Recife, nascia Gregório Bezettó, um dos mais fervorosos militantes comunistas no Brasil. Seu entusiasmo pela causa revolucionária surge ainda na juventude e mantém-se vivo durante seus 83 anos de vida.

Aos 10 anos de idade, Gregório já trabalhava em lavoura de cana-de-açúcar e foi levado para Recife como doméstico de uma família de proprietários de terras. Após dois anos de maltratos, fugiu e passou a viver nas ruas, sem pais, sem lar e sem amparo. Comia quando conseguia trabalho. Tornou-se operário da construção civil, chegando a ajudante de pedreiro em 1917. Quando faltava trabalho, defendia o pão como arrumador de sacos em armazéns.

Foi como operário que Gregório Bezerra começou a participar de movimentos reivindicatórios. Numa manifestação por aumento de salário e jornada de oito horas foi preso e condenado a sete anos de cárcere. Após ter cumprido cinco anos da pena, foi submetido a novo julgamento e absolvido por falta de provas.

Ao ingressar no Exército, em 1922, Gregório era ainda analfabeto, mas decidiu alfabetizar-se e foi aprovado no curso de sargento de infantaria, tendo sido promovido a sargento instrutor em 1927. Em 1930, matriculou-se na Escola de Educação Física do Exército, tornando-se mais tarde instrutor de educação física e de esportes individuais.



Gregório Bezerra entrou para o Partido Comunista Brasileiro e, em 1935, foi um dos dirigentes do movimento Aliança Libertadora Nacional. Preso pela ditadura Vargas, foi torturado e condenado a 28 anos de prisão. Depois de 10 anos, foi anistiado e posto em liberdade no dia 18 de abril de 1945. Em dezembro do mesmo ano, apresentou-se como candidato a deputado federal pelo PCB de Pernambuco, tendo sido o mais votado na Grande Recife e o segundo em todo o Estado. Como parlamentar clamou contra o problema da criança abandonada e defendeu o voto para o analfabeto e praças das Forças Armadas.

Em 1947 o PCB foi novamente colocado na clandestinidade e os deputados comunistas tiveram seus mandatos cassados. Em 16 de janeiro de 1948, Gregório é sequestrado na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Foi acusado de incendiar o quartel do 15º Regimento de Infantaria, uma farsa desvendada dois anos depois da prisão, quando foi absolvido.

Perseguido, Gregório foge de Pernambuco e se dedica à conscientização dos trabalhadores através da organização de associações e ligas camponesas, sindicatos rurais e conselhos de partidários da paz.

Com o golpe militar, em 1964, Gregório Bezerra é preso, espancado e arrastado em via pública, amarrado pelo pescoço. Foi brocessado e condenado a 19 anos de prisão. Em setembro de 1969, foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano, que havia sido sequestrado. Banido para o México, de lá foi para Havana e depois para Moscou, onde integrou-se ao movimento internacional da classe trabalhadora no exílio.

Pouco antes de sua morte, Gregório disse que gostaria de ser lembrado como homem I que foi amado por muitos e odiado por tantos 1 outros, "amigo das crianças e das massas espoliadas e sofridas".

Como disse o poeta Ferreira Gullac "existe nesta terra muito homem de valor/ que é bravo sem matar gente/mas não teme matador,/que gosta de sua gente/ e que luta a seu favor,/ como Gregório Bezerra,/feito de ferro e de flor". 1%p



Nobre e Lenine: a MPB elege seus herdeiros

■ Tári\ de Souza

Nem toda a tradição do país pode ser aniquilada pela simples alienação (vale a expressão no duplo sentido). A herança cultural consegue transmitir-se mesmo num período de tanta devastação como o atual. Até na área do pagode - infestada de "sambeiros", como os da antiga chamavam os falsos sambistas - é possível aparecer gente nova com um trabalho de qualidade como o recém-lançado Dudu Nobre, um carioca de 25 anos. No CD de estréia solo que leva seu nome, o ex-cavaquinista da banda de Zeca Pagodinho mescla com sabedoria a tradição próxima do maxixe ("No mexe mexe, no bole bole") ao partido alto embutindo coro de resposta ("Feliz da vida", "Quase que o bicho pegou"). Do afro-samba de roda movido a palmas e tambores ("Xodó de mãe", "No samba de roda") ao partido servido por banjo e palmas ("São José de Madureira"), que junta o dueto de Dudu e Zeca à assinatura de um mestre do ramo a quem louvam, o falecido Beto Sem Braço. Dudu tem berço cultural. Os pais mantinham um pagode no começo dos 80 no centro da cidade, que era também um foco de resistência cultural. Cresceu convivendo com luminares do samba como Nelson Cavaquinho e Geraldo Babão. Estudou cavaquinho com o neochorão Henrique Cazes e bateu muita calçada de subúrbio - especialmente a do Cacique de Ramos - no encalço dos pagodes de fundo de quintal. Produzido pelo mestre da matéria, Rildo Hora, elogiado por Beth Carvalho e Martinho da Vila, Dudu não cedeu a tentação de encurtar o caminho da grana via "sam-



banejo" ou "pagode de boutique". Seu repertório, impulsionado pelo sucesso "Levada desse tanta" (gravado pelo gnipo Fundo de Quintal) tem raiz & raça sem perder o humor, como nas farpas contra os falsos milagreiros ("Reverendo Blá Blá Blá") e ainda imprime um novo lema para o torpedeado (pelos comerciantes da arte) samba de raiz. "Quebro não enveigo", canta numa das faixas.

Também a herança nordestina de Luiz Gonzaga ejacfyson do Pandeiro prepara seu ingresso no terceiro milênio. Filho de um comunista que lhe deu o nome pela admiração ao líder nisso Vladimir Ilitch Ulianov (1870-

1924), o pernambucano do Recife Lenine em seu novo disco "Napressão" consolida sua posição na liderança da nova safra de conterrâneos que redimensionam a música da região. Ao lado dos maranhenses Zeca Boieiro e Rita Ribeiro, do paraibano Chico César, dos gomos pernambucanos Cascabulho, Mestre Ambrosio e da turma do mangue-bit (Nação Zumbi, mundo livre si a), ele recicla a nordestinidade na era da computação. Mas usa parcimônia os recursos técnicos como o do "sampler" que incorpora a voz do homenageado Jac^son do Pandeiro em "Jac^soul brasileiro". O procedimento antropofágico recomendado por Oswald de Andrade ("Tubi Tupy" desafia com berimbau: "sou Galdino/Junina e Raoni") atravessa o disco entre eletrônica e tambores. A urgência sugerida pelo título e a capa com um carro em chamas não impedem o lirismo suave de "A medida da paixão" nem desarmam os dardos do coco "Rua da passagem (trânsito)". Ou ainda da pungente parceria com Paulinho Mos^a, o xote "Relampiano", a respeito da infância deserddada que vende drops nos sinais das cidades desumanizadas. ("Música bonita, essa", elogia Dominginhos, que puxa o fole na faixa). Dialético como seu nome sugere, Lenine engata a cibernética do presente na herança musical antepassada. Não para sufoca-la, mas para amplificar seu alcance.

Tárik de Souza,
jornalista (^



O som que vem do Nordeste

Lenine, Chico César e Zeca Baleiro representam uma nova leva de músicos

O solo nordestino foi sempre fértil. E continua produzindo aos borbotões. Produz arte, cultura, diversão, alegria... Se falta chuva e a comida se escazeia, sobra criatividade e o alimento para a alma é garantido nos palcos, praças, ruas e feiras.

O ambiente é particularmente propício ao florescimento da música. Que o diga Luiz Gonzaga, o "Rei do Baião", que espalhou o som de seu fole e de seu canto pela caatinga, vicejando também em terras do sul e por todo o país.

O período marcado pela arte de Gonzaga, Jackson do Pandeiro, João do Vale e Capiba resistiu às intempéries e se constituiu, segundo Tárík de Souza, colaborador de **FENAE AGORA**, em uma "herança que prepara seu ingresso no terceiro milênio". Nas décadas de 70 e 80, esse legado manteve-se vivo através de uma nova safra de compositores e intérpretes que incorporaram em definitivo os elementos da música nordestina à música popular brasileira. Artistas como Fagner, Belchior, Robertinho do Recife, Zé Ramalho, Dominguinhos, Elba Ramalho, Alceu Valença, Geraldo Azevedo, Ednardo, entre outros, se encarregaram dessa tarefa utilizando-se de uma linguagem sin-

tonizada com os sons de além-fronteiras, tanto as fronteiras internas como as externas.

Atualmente, o mérito de servir como correia de transmissão da herança musical nordestina às novas gerações é atribuído a compositores/cantores/cancioneiros que se projetaram na década atual e que ganham cada vez mais espaços na nossa MPB. O pernambucano Lenine, o paraibano Chico César e o maranhense Zeca Baleiro são uma mostra representativa desses músicos considerados por Tárík os "sucessores" daquela "segunda leva" (Fagner, Alceu, Zé Ramalho e Cia). São artistas que "se utilizam dos elementos nordestinos com a linguagem internacional do momento".

Lenine Natural de Recife (PE), Lenine ganhou cedo a estrada. Foi para o Rio de Janeiro aos 18 anos e hoje, aos 40, é reconhecido como um dos maiores compositores da MPB. Além de compor, ele canta, toca violão e faz percussão de boca como poucos. Em mais de 20 anos de carreira, ele lança este ano o seu

quarto disco: "Na pressão". Depois de duas parcerias - "Baque solto", com Lula Queiroga, e "Olho de peixe", com Marcos Suzano, ele partiu para o seu primeiro trabalho solo em 1997 com o CD "O dia em que faremos contato".

A formação musical de Lenine, segundo ele próprio, é "intuitiva". Suas raízes estão no rock e no pop, mas suas antenas sempre estiveram direcionadas para os sons nordestinos. Preserva também um sotaque pernambucano e uma maneira de cantar que guarda identidade com muitos intér-

pretes do Nordeste.

A obra de Lenine supera os 400 títulos, produção comparada a de compositores como Chico Buarque e Tom Jobim. Ele confessa que gosta da "promiscuidade da parceria". Tem músicas com Aldir Blanc, Sérgio Natureza, Capinan, Bráulio Tavares, Paulo César Pinheiro, Paulinho Mosca e tantos outros.

Lenine define-se como "um cronista que reflete seu universo" e se diz "um percussionista do violão".

Elementos
nordestinos
com linguagem
internacional

FA

Luiz Gonzaga desbravou fronteiras com o seu fole

Em 13 de dezembro de 1912 nascia na fazenda Caiçara, em Exu (PE), o rei do baião, a referência maior da música nordestina, hoje e sempre. Aos sete anos, Luiz Gonzaga do Nascimento deixava de brincar para ficar observando o pai Januário consertar sanfonas, louco para aprender a tocar o instrumento. Em poucas tentativas tirou algumas melodias e nunca mais largou o fole.

Com uma sanfona de oito baixos e uma voz que ecoava pelo sertão, Luiz Gonzaga, produziu uma obra única, inspirada na sua vivência de sertanejo duro e sofrido. Com seus baiões, xotes, toadas, xaxados, cocos e xeréns levou a árida realidade do Nordeste para o sul, desbravando fronteiras para a música dos deserdados que chegavam aos grandes centros em paus-de-arara.

O jovem Lula deixou Exu aos 18 anos, desiludido com uma paixão por uma moça endinheirada do lugar - o pai da donzela disse que não a queria envolvida comum "negrinho sem futuro". O rapaz vendeu a sanfona, arrumou a trouxa e partiu. Foi para Fortaleza e entrou para o Exército, tornando-se cabo cometeiro, depois andou por São Paulo, onde fez biscates e comprou uma sanfona nova. Finalmente, desembarcou no Rio de Janeiro disposto a ganhar a vida com música. Seu primeiro emprego na cidade foi no Mangue, uma zona de meretrício.

Em 1941, num programa de calouros de Ary Barroso, na rádio Nacional, solou o Vira e Mexe, ganhou o primeiro prêmio e, um pouco mais tarde, foi contratado pela emissora. A força de seu talento derrubou preconceitos e abriu as portas do meio musical para o esquecido Nordeste. Em 1950, o baião já era tão ouvido no rádio quanto o samba, o bolero e outros ritmos estrangeiros da moda.

Montagem sobre fotos de Luiz Marcos/UBire Nando Neves



Chico César, Lenine e Zeca Baleiro formam o tripé de qualidade da nova música nordestina

Chico César

Nascido em Catolé do Rocha, no sertão da Paraíba, Chico César tem três CD solos lançados ('Aos vivos', 'Cuscuz clã', 'Beleza mano') e prepara um novo disco com participações especiais de Naná Vasconcelos e Marcos Suzano, além de parcerias com Zeca Baleiro e Vanessa da Mata.

O cantor e compositor paraibano foi revelação no Prêmio Sharp/1995, melhor compositor pela Associação Paulista dos Críticos de Arte, em 1996, e levou o prêmio MTV Music como melhor videoclipe de MPB/1996, com a música "Mama África". Em 1997, com "À primeira vista", ganhou o prêmio de melhor música do ano pelo Troféu Imprensa, do SBT. Ele trouxe para a MPB a mistura de ritmos do Nordeste com elementos da música pop e clássica.

Como compositor, revelou-se um dos preferidos dos intérpretes mais populares do país, tendo músicas gravadas por Daniela Mercury, Maria Bethânia, Zizi Possi, Elba Ramalho, Emílio Santiago, entre outros.

Chico César é um artista sintonizado com os movimentos políticos de nosso país. Está sempre atento também ao surgimento de pessoas e grupos regionais. Em seus shows, Chico aproveita para apresentar artistas que buscam, através da música, chegar onde ele chegou.

Zeca Baleiro

^) maranhense Ze ca
1.]
Baleiro é considerado uma revelação dos anos 90, tendo despontado no cenário nacional depois da participação no Acústico MTV da cantora Gal Costa. Em 1998, teve seu trabalho reconhecido pelo Prêmio Sharp, levando três troféus pop-rock (revelação, melhor disco e melhor música).

O primeiro CD de Zeca Baleiro - "Por onde andaré Stephen Fry" -, lançado em 1997, ultrapassou as 80 mil cópias vendidas, uma marca mais que razoável para um estreante no mercado discográfico. Chamado de neotropicalista pela crítica especializada, o cantor e compositor lançou este ano "Vô imbolá", entrando para o restrito grupo de artistas da MPB que estrearam causando boa impressão e conseguiram superar o trabalho apresentado no primeiro disco.

"Vô imbolá" conta com participações de Zeca Pagodinho ("Samba do approach"), Zé Ramalho ("Bienal") e Rita Ribeiro ("Meu amor meu bem me ame"), além do grupo pernambucano Faces do Subúrbio ("Piercing") e do grupo folclórico maranhense Bumba-Meu-Boi de Axi-xá ("Boi de haxixe"). (^1

Projeção dos
novos talentos
aumentou na
década de 90

FA



Xeque-mate no elitismo

O jogo de xadrez tornou-se acessível aos mortais comuns com a Internet

O jogo de xadrez já foi considerado esporte de aristocratas. Quando surgiu, há cerca de dois mil anos, em algum país do oriente, sua prática era de fato uma exclusividade da elite, o que o levou a ser conhecido à época como "jogo dos reis e rei dos jogos". Mas hoje a realidade é bem outra: o mais simples dos mortais pode ter acesso a esse jogo, sem maiores dificuldades.

A primeira grande mudança na prática do xadrez é atribuída à criação do tipo móvel e à possibilidade de impressão de livros de xadrez, já no século XV. A segunda democratização teria se dado no início deste século, na Europa do Leste, quando a URSS investe massivamente no jogo de xadrez e resolve adotá-lo como um complemento à educação.

A Internet é tida como a responsável pela mais recente e expressiva mexida com o xadrez. A conexão com a Web mudou os hábitos e o dia-a-dia de diversos enxadristas e vem dando oportunidade a que mais e mais pessoas tenham contato com o tabuleiro, passando a buscar o momento de dar o xeque-mate ao Rei do adversário. Estando interligado à rede mundial de computadores é possível conhecer as novidades do xadrez através de diversos sites.

Joga-se pelo computador e também contra

o computador. E o ultraveloz Deep Blue, computador com 256 unidades de processamento de dados (o normal é uma), já se tornou um desafiante de peso. Em 1997 ele venceu ninguém menos que o russo Garri Kaspárov, campeão mundial. No ano anterior, Kaspárov havia vencido o Deep Blue por quatro a dois.

Campeões O enxadrista azerbaijano Garri Kaspárov é considerado um dos maiores do século XX. Em 1979, aos 16 anos, venceu seu primeiro torneio internacional e, em 1985, desafiou e venceu Anatoly Karpov, detentor do título mundial desde 1975, tornando-se o mais novo campeão mundial da história do xadrez.

No Brasil, a maior revelação do xadrez desde Mequinho é o maranhense Rafael Duailibe Leitão. Ele foi campeão brasileiro em 1996, aos 17 anos, mas o título de o mais jovem campeão ainda é de Mequinho, que o obteve aos 13 anos, em 1965. No ano passado, Rafael tornou-se também o mais jovem brasileiro a obter o título de Grande Mestre, o maior entre os concedidos pela Federação Internacional de Xadrez (Fide). Foi o quinto título máximo do xadrez para o Brasil. Antes, os quatro que conseguiram essa façanha foram Mequinho, Gilberto Milos Júnior, Jaime Sunye Neto e

Darcy Lima.

Entre os inúmeros torneios de xadrez que ocorrem Brasil afora, está o que envolve os empregados da Caixa, realizado durante os Jogos da Fena. Na última edição dos Jogos, ano passado, em Salvador (BA), a medalha de ouro na modalidade foi para o mineiro Eduardo Lopes Zambotti.

Eduardo, hoje aos 33 anos, começou a jogar xadrez aos sete, com o irmão mais velho. Ele conta que já participou de mais de 20 torneios desde a sua primeira competição, há treze anos. Até hoje, perdeu uma única partida.

Eduardo Zambotti considera a vitória nos Jogos da Fena como a mais importante de sua carreira: "há ótimos enxadristas na Caixa e a competição é de excelente nível, por isso acho que foi a minha melhor premiação".



Revelação do
xadrez nacional
foi campeão
com 17 anos

FA



A estação da

Turismo rural e gastronomia

A primavera é a estação das cores por excelência, mas tem sido especialmente variada para algumas cidades do interior de São Paulo. A principal região produtora de flores do país festeja a chegada da primavera com uma decoração composta por violetas, lírios, tulipas e bromélias. Atibaia e Holambra, de forma especial, respiram o perfume das flores quando entra setembro.

Durante praticamente todo o mês de setembro, Holambra - a 35 quilômetros de Campinas - realizou a Expoflora, que festeja a chegada das flores. Já em sua 18ª edição, a exposição reuniu cerca de 250 mil pessoas em 25 dias, gerando aos expositores um faturamento de US\$ 3 milhões. Em Atibaia, que fica a 50 quilômetros de Campinas, as flores têm a companhia dos morangos cultivados pela

S cores

10 as opções paralelas das cidades que vivem das flores

colônia japonesa para serem as estrelas da 19ª Festa das Flores e Morangos (leia matéria ao lado). Mas, para não dizer que falamos só de flores, as duas cidades também oferecem turismo rural e gastronomia para os visitantes, num verdadeiro festival que apenas começou em setembro.

Atrações

O nome da cidade, junção de Holanda e Brasil, já diz tudo. Holambra homenageia os colonizadores em moinhos, casas e pratos típicos - como o impronunciável *poftertjeskraam*, uma espécie de bolinho. Os descendentes dos holandeses representam hoje 15% da população. E essa influência também se mostra na Expoflora, que reproduz a arquitetura típica do país europeu e oferece uma atração inusitada: a confecção, ao vivo, dos famosos tamancos de madeira usados pelos holandeses.

Está certo que a maioria dos turistas, vindos principalmente de outros estados da região Sudeste, procura mesmo admirar a infinidade de tipos de flores que cobrem canteiros por toda a cidade. Mas é possível também fazer passeios pelas fazendas e sítios da região. Muitas

famílias adaptaram suas propriedades para receber visitantes. As mais conhecidas são Lindenhof, que tem lago, mirante e diversas espécies de animais, e Terra Viva, a única produtora de tulipas do Brasil.

É possível ainda fazer passeios a cavalo e - isso não poderia faltar - visitar plantações de

flores. A diretoria de turismo do município criou um serviço de apoio ao turista, que dá ainda outras informações sobre o que fazer na cidade.

Já Atibaia é uma famosa estância hidromineral e atrai turistas por ostentar o título de uma das cidades com o melhor clima do mundo. Outro nome reivindicado é de cidade das flores.

As atrações turísticas da cidade não se resumem às paisagens da serra da Mantiqueira. Atibaia ainda oferece aos visitantes prédios históricos como as igrejas São João Batista e Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, o Marco da Paz Mundial e o Observatório Rádio-Geodésico Mackenzie. Boas pedidas, também, são o parque das águas e o balneário.

500 anos

Tanto Holambra quanto Atibaia homenagearam os 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil em suas festas do mês de setembro. A festa todo ano tem um tema central, escolhido pelos organizadores - sempre voluntários, entre brasileiros e descendentes de japoneses. Para 1999, o nome da festa foi "nossa terra - 500 anos do Brasil".

De outro lado, na Expoflora, foram colocadas à venda 100 mil mudas de pau-brasil, árvore-símbolo do país, hoje ameaçada de extinção. Todas as mudas são numeradas, para que seu desenvolvimento seja acompanhado em qualquer ponto do país. Mas as plantinhas não foram apenas vendidas. As escolas que visitaram a feira também ganharam seu exemplar.

Mercado das flores no Brasil tem potencial de crescimento

Com movimentação estimada de US\$ 1,3 bilhão no ano passado, o mercado brasileiro de flores tem um desempenho expressivo. O mais espantoso, no entanto, é que o potencial de crescimento é grande. Segundo o técnico Ikuyo Kiyuna, do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o gasto de flores per capita no Brasil chega a US\$ 6,00 por ano. O maior consumidor é a Noruega, com US\$ 143,00 per capita.

São Paulo representa um quinto dessa movimentação financeira, com a produção espalhada por diversas regiões do estado. Holambra e Atibaia são exemplos típicos do investimento em floricultura, extrapolando a produção agrícola ao gerar recursos também através do turismo pelas flores.

A Expoflora deste ano aconteceu entre os dias dois e 26 de setembro, em Holambra, cidade em que a maioria da população tem uma atividade relacionada à floricultura, ao menos indiretamente. O evento é pródigo em revelar novas tendências na área. Este ano, a novidade foram as flores em miniatura. A minirrosas, espécie obtida através de clonagem, tem no máximo 10 centímetros de diâmetro e está acondicionada em tubos de ensaio - que contêm nutrientes para a planta.

Holandeses para um lado, japoneses para outro. A Festa das Flores e Morangos traz todo ano, além dos dois componentes de seu nome, plantas ornamentais e hortifrutigranjeiros produzidos pela comunidade japonesa de Atibaia. O evento, tradicionalmente, acontece nos finais de semana do mês de setembro. Porém, mesmo fora da temporada de feiras, fazer turismo em Holambra e Atibaia é navegar num verdadeiro mar de rosas.

Greenpeace é conhecido por suas ações espetaculares



Meio ambiente

Waveland:

Greenpeace criou há dois anos um novo tipo de país par

Criado em 1971, no Canadá, o Greenpeace hoje tem sua sede internacional em Amsterdã, na Holanda, e mais de 60 escritórios em 29 países. Em 1987, o Greenpeace se tornou a primeira organização não-governamental a estabelecer uma base na Antártica. No Brasil, o escritório da organização foi aberto oficialmente em 1992.

Mesclando ações diretas espetaculares a um sofisticado trabalho de pesquisa e de atuação em fóruns internacionais, o Greenpeace assumiu a dianteira em questões de preservação ambiental. Seus ativistas enfrentaram frotas baleeiras em vários oceanos; documentaram lixo radioativo russo sendo lançado no Mar do Japão; foram atacados por barcos da Guarda Costeira norte-americana e presos pelas marinhas da França, Rússia, Noruega e Espanha; e invadiram navios com madeira brasileira para exportação na Amazônia, entre outras ações, que ajudaram a fazer avançar a consciência ambiental nesses últimos 28 anos.

Atualmente, o Greenpeace centra seu trabalho em quatro áreas: a ameaça tóxica, a ameaça nuclear, a redução da biodiversidade e a ameaça à atmosfera. Defende medidas duras para a prevenção da poluição, como a proibição de tecnologias e componentes tóxicos existentes. A organização defende a desativação das centrais nucleares e um gerenciamento responsável do lixo atômico; desenvolve campanhas pela proteção da biodiversidade com enfoque na crise global da pesca, destruição das florestas naturais e engenharia genética; combate a emissão de componentes químicos para a atmosfera, para evitar a destruição da camada de ozônio, assim como a emissão dos gases estufa, que fazem aumentar o aquecimento global.

Há pouco mais de dois anos, em junho de 1997, surgia um novo país na ilhota rochosa de Rockall, em pleno mar do Norte.

A organização ambientalista internacional Greenpeace ocupou o rochedo, rejeitou totalmente a soberania britânica sobre ele e declarou fundado o novo país global com o nome de Waveland (Terra das Ondas).

Rockall fica a 289 milhas da Escócia, no coração da Fronteira Atlântica, região rica em petróleo. A ocupação e a declaração unilateral da independência da ilhota, segundo divulgação feita pelo Greenpeace, foram "em protesto contra a extração de petróleo na região e a falta de empenho dos países desenvolvidos

em enfrentar de forma concreta as ameaças ao aquecimento global do planeta". Ainda hoje a bandeira do Estado Global de Waveland continua hasteada no rochedo. Um módulo de sobrevivência movido a energia solar foi instalado na ilha e abriga três ativistas da organização ambientalista.

A declaração da fundação de Waveland deu origem a um novo tipo de país, sem fronteiras, que tem Rockall como sua primeira capital. Além de uma bandeira, o novo país passou a ter também dinheiro próprio(o rock), passaporte, papel timbrado, carimbos consulares e títulos de cidadania, que podem ser so-



Bob Martins

um país "verde"

protegera natureza da exploração indiscriminada de petróleo no mundo

licitados até por telefone ou pela Internet.

Durante a cerimônia da bandeira, que decretou a fundação de Waveland, os ativistas do Greenpeace fizeram a seguinte declaração: "Nós rejeitamos a soberania de um país - a Inglaterra - que permite novas explorações petrolíferas apesar de professar sua 'preocupação' com as mudanças climáticas. Waveland é um novo tipo de nação, criada para proteger os bens globais em vez de explorá-los. Nós esperamos que este seja o início de uma revolução pacífica. Waveland expressa o direito de qualquer pessoa em dar um basta a um

poder destrutivo e de substituí-lo por um novo, de colocar o clima acima dos lucros obtidos com o petróleo".

A declaração de fundação de Waveland afirma ainda que "sempre que uma forma de economia se torna destrutiva, é direito do povo alterá-la ou aboli-la e de instituir um novo governo".

A cidadania de Waveland é oferecida a todas as pessoas que se sintam preparadas para assumir o compromisso de "defender a natureza, proteger os bens globais e assegurar a paz, acreditando mais em ações do que em palavras".

Petróleo

Embora mantenha a ocupação da ilha, com a bandeira do novo país hasteada, o Greenpeace assegura que não quer ser o dono de Rockall. A organização afirma que "quatro países querem o petróleo que existe no mar em torno de Rockall, mas nós não reconhecemos o direito desses países de explorá-lo. Estamos tomando emprestado o rochedo até que essa ameaça ao desenvolvimento seja eliminada".

Para o Greenpeace, "chegou a hora de o mundo abandonar o uso de combustíveis fósseis e inaugurar a era das fontes de energia renováveis, de forma a preservar o clima". A fundação de Waveland é parte de uma campanha que visa proteger a Fronteira Atlântica da exploração do petróleo.

Nas negociações para a redução das emissões de gases que provocam o aquecimento do planeta, o Greenpeace defende que, até 2005, ocorra uma redução de pelo menos 20% nos níveis de emissão de dióxido de carbono vigentes em 1990. A organização ambientalista acha que as negociações internacionais precisam caminhar para a eliminação do uso de combustíveis fósseis e, em particular, para o fim de novas explorações de petróleo.

O novo país
global tem
passaporte e
moeda próprios

FA





GRANDES PARCEIROS
SEMPRE TÊM UMA MARCA EM COMUM.

CAIXA

SASSE CAIXA
SEGUROS

FENAE
SEGUROS

A FENAE Seguros tinha que mudar sua marca. Não dá para falar da FENAE sem falar da SASSE. Como não dá para falar da SASSE sem falar na CAIXA. Pensar nessas três instituições sem lembrar de parceria, modernidade e evolução, é impossível. Há 26 anos a FENAE vende seguros, a CAIXA abre seus balcões para comercializá-los e a SASSE cuida da proteção e da garantia. Sempre oferecendo produtos novos, ágeis e competitivos. E cada vez mais fortalecendo essa união. Se já dava para perceber a identidade dessa aliança, agora ficou mais fácil com a nova marca da FENAE.



FENAE TUR

Sua viagem na melhor companhia

Pará

fenaetur@fenae.org.br

Brasília (061) 226-8821

DEMAIS LOCALIDADES CENTRAL RESERVAS BRASIL TOOL FAX: 0800 614060